

Acção Socialista



N.º 1315 12 Novembro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

AVALIAÇÃO DE PROFESSORES



Perguntas e Respostas

Páginas 2 e 3

ENTREVISTA A MIGUEL MEDEIROS
“Estamos perante uma oportunidade histórica para consolidarmos a rede nacional de protecção civil”

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário de Estado da Protecção Civil faz um balanço “altamente positivo” dos resultados da implementação, este ano, do dispositivo integrado de combate a incêndios florestais e explica os factores que contribuíram para este êxito.



4

Aprovado na generalidade Orçamento de Estado para 2009

Com os votos favoráveis da bancada socialista, foi aprovado, na generalidade, o Orçamento de Estado para 2009, cujas principais marcas são os apoios às famílias e às empresas, num cenário de crise mundial.

11

6 PERGUNTAS A JOSÉ AUGUSTO CARVALHO
Res Publica quer apoiar a formação de futuros eleitos locais



7

Federações
Listagem dos eleitos para os órgãos

8

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PERGUNTAS E RESPOSTAS

P: Porque é importante avaliar os professores?

R: A avaliação do desempenho docente é fundamental para o desenvolvimento profissional dos professores e, desse modo, para a melhoria dos resultados escolares, da qualidade do ensino e da aprendizagem e para o reforço da confiança das famílias na qualidade da escola pública. A avaliação de desempenho inscreve-se num conjunto de medidas de valorização da escola pública, como a introdução do inglês no 1º ciclo, a escola a tempo inteiro ou as aulas de substituição. Permite ainda reconhecer o mérito dos melhores professores, servindo de exemplo e de incentivo para a melhoria global do exercício da função docente em cada escola.

P: Como era o anterior sistema de avaliação?

R: O anterior processo de avaliação era constituído por um relatório de auto-avaliação e reflexão crítica entregue pelos professores aos órgãos de gestão da escola, apenas quando estavam em condições de progredir na carreira. A quase totalidade dos professores era classificada com Satisfaz. Para ter uma nota superior, era necessário que o docente requeresse a apreciação desse relatório por uma comissão de avaliação. De qualquer forma, essa classificação não tinha nenhum efeito, uma vez que todos os professores mesmo os que não faziam estes relatórios ou não davam aulas progrediam na carreira em igualdade de circunstâncias.

P: As propostas dos sindicatos distinguem-se do modelo anterior?

R: Só em 14 de Outubro de 2008 a FENPROF apresentou uma proposta que reproduz, em grande medida o modelo de avaliação anterior, atendendo a que é defendido que do processo de avaliação não sejam retiradas quaisquer consequências para a progressão na carreira. Por outro lado, neste modelo não está garantida a diferenciação, uma vez que não são definidas percentagens máximas para as classificações mais elevadas.

P: Quem avalia os professores no actual modelo?

R: O desempenho dos professores é avaliado em duas vertentes distintas: a organizacional (cumprimento dos objectivos individuais, assiduidade, participação na vida da escola, entre outros) e a científico-pedagógica.

A avaliação da componente organizacional, de natureza hierárquico-funcional, é da responsabilidade da direcção executiva da escola; a dimensão científico-pedagógica é avaliada por professores coordenadores de departamento curricular (ou outros professores titulares em quem tenha sido delegada a competência de avaliação).

P: Porque é importante avaliar duas dimensões distintas?

R: A característica bi-dimensional da avaliação dos professores decorre da especificidade deste grupo profissional e é única forma de respeitar a sua complexidade. Com efeito, a vertente científico-pedagógica do desempenho docente, de grande exigência, aconselha a que a avaliação não seja efectuada apenas com base em registos administrativos, mas que



se baseie na observação directa da relação pedagógica professor/aluno. É desta exigência que decorre a necessidade de a avaliação ser assegurada por um professor com maior grau de senioridade.

Ao contrário do que sucede com o pessoal não docente das escolas, cuja avaliação é apenas assegurada pelo órgão de gestão, é importante que, no caso dos professores, a avaliação respeite a sua especificidade e nível de qualificação.

P: Os professores avaliam-se entre si?

R: Esta avaliação de desempenho é feita no interior da cada escola, assumindo o órgão executivo e os professores coordenadores de departamento as funções de avaliador. Não se trata, pois, de pares que se avaliam uns aos outros, mas de professores mais experientes, investidos de um estatuto específico, que lhes foi conferido pelo exercício de um poder hierárquico ou pela nomeação na categoria de professor titular.

P: E qual a alternativa a um modelo centrado na escola?

R: A alternativa a uma avaliação interna à escola, como esta, é a um modelo de cariz externo, que, por ser realizada por uma entidade exterior ao espaço da escola, mais dificilmente respeita as especificidades do processo educativo e da carreira docente, por um lado, e da realidade de cada escola concreta, por outro. Em respeito pela autonomia das escolas, são estas que definem os objectivos individuais

DESEMPENHO DE PROFESSORES FREQUENTES

dos professores, os calendários da avaliação, os instrumentos de observação, e são elas que procedem efectivamente à avaliação. É, de resto, um procedimento normal serem as organizações a avaliar os seus próprios recursos humanos.

P: O que se avalia no desempenho dos docentes?

R: A avaliação incide sobre duas dimensões do trabalho docente: (1) a avaliação centrada na qualidade científico-pedagógica do docente, realizada pelo coordenador do departamento curricular com base nas competências; (2) e um momento de avaliação, realizado pela direcção executiva, que avalia o cumprimento do serviço lectivo e não lectivo (assiduidade), a participação do docente na vida da escola (por exemplo, o exercício de cargos/funções pedagógicas), o progresso dos resultados escolares dos alunos e o contributo para a redução do abandono escolar, a formação contínua, a relação com a comunidade (em particular com os pais e os encarregados de educação), entre outros.

Cada uma das duas componentes, a avaliada pela direcção executiva e a avaliada pelo coordenador de departamento, vale 50% no resultado final da avaliação.

P: Como se processa a avaliação?

R: O ciclo de avaliação inicia-se com a definição de objectivos individuais. No decurso dos dois anos que integram o ciclo de avaliação, é efectuada a observação de aulas e assegurada a recolha e sistematização de documentação. No final do ciclo, os avaliados efectuam a auto-avaliação, os avaliadores preenchem as fichas de avaliação, realiza-se a entrevista individual de avaliação, e termina com a reunião dos avaliadores para atribuição da classificação final.

P: A avaliação de desempenho exige um volume de trabalho diferente para avaliados e avaliadores. É um processo muito pesado para os professores avaliados?

R: Não. Um professor avaliado intervém no processo em dois momentos distintos: na definição dos seus objectivos individuais e na auto-avaliação.

A definição dos objectivos, que inicia o processo de avaliação, decorre de acordo com as orientações definidas, com autonomia, por cada escola. É em função destes objectivos individuais que cada professor avaliado preenche, no fim do ciclo avaliativo, a sua ficha de auto-avaliação, com base num portefólio constituído ao longo do período em avaliação.

Importa aqui referir que o número de professores avaliados é de cerca de 100 000, ou seja, 70% do total de professores.

P: E no caso dos professores avaliadores?

R: Os professores avaliadores têm um volume de trabalho maior. A direcção executiva tem que validar os objectivos individuais e assegurar o preenchimento de uma ficha de avaliação por cada professor avaliado; e o avaliador das áreas curriculares tem de garantir, para cada avaliado, a observação de aulas e preencher a respectiva ficha de avaliação científico-pedagógica.

É por este motivo que estão definidas condições especiais de horário para os professores

avaliadores, designadamente, a redução de horas lectivas, bem como a atribuição às escolas de um volume de horas para serem geridas de acordo com as necessidades decorrentes do processo de avaliação.

P: É difícil para os professores constituir o seu portefólio?

R: Não, uma vez que a construção do portefólio apenas exige que o professor reúna elementos decorrentes do exercício da sua profissão. Aliás, no modelo anterior, todos os professores já tinham que organizar um portefólio para poderem ser avaliados, constituindo este o único instrumento de avaliação.

P: É possível desburocratizar o processo?

R: O modelo de avaliação de desempenho definido não é burocrático. As escolas têm liberdade de elaborar os instrumentos de registo de informação e indicadores de medida que considerem relevantes para a avaliação do desempenho, devendo estes ser simples e claros.

Nos casos em que tenham sido definidos procedimentos e instrumentos demasiado complexos é aconselhável que as escolas garantam a sua simplificação, estando o Ministério da Educação a apoiar este trabalho junto de todas as escolas

P: Quem define os objectivos?

R: O professor avaliado propõe os objectivos individuais, que devem corresponder ao seu contributo para o cumprimento dos objectivos do projecto educativo e do plano de actividades da escola. É o facto de os objectivos individuais serem definidos entre o avaliador e o avaliado no quadro da autonomia da escola que garante que a avaliação de desempenho se articula com o projecto educativo da escola e assim contribui para uma melhoria do serviço público prestado.

P: Que objectivos são considerados?

R: Os objectivos individuais são formulados com base em dimensões essenciais da actividade docente: a melhoria dos resultados escolares dos alunos; a redução do abandono escolar; o apoio prestado à aprendizagem dos alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem; a participação na vida da escola; a relação com a comunidade; a formação contínua realizada; e a participação e a dinamização de projectos e actividades curriculares e extracurriculares.

P: Como pode um professor avaliar um outro que não seja da mesma disciplina?

R: Os departamentos curriculares integram efectivamente professores de diferentes disciplinas. Por isso, o coordenador do departamento pode delegar a avaliação científico-pedagógica num professor titular da mesma área disciplinar do professor a avaliar. Graças a este procedimento, muitas escolas já dispõem de uma rede

de avaliadores adequada ao número e especialidade dos professores em avaliação.

P: E quando não existem professores titulares de uma determinada disciplina?

R: Quando na escola não exista nenhum professor titular numa determinada área disciplinar (facto que ocorrerá excepcionalmente) poderá ser nomeado em comissão de serviço um professor dessa mesma área, para desempenhar transitoriamente as funções.

É no entanto necessário lembrar que o objectivo desta componente da avaliação respeita essencialmente às competências pedagógicas transversais ao respectivo grupo curricular.

P: Porque é que os resultados escolares dos alunos são tidos em conta na avaliação dos professores?

R: Porque é importante reconhecer o mérito dos professores que, em resultado do seu trabalho com os alunos, mais contribuem para a melhoria dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens no contexto particular da sua escola.

Qualquer avaliação, para o ser verdadeiramente, deve englobar a actividade, o esforço, o trabalho e, necessariamente, os resultados. Por isso, impensável seria que a avaliação dos professores dissesse respeito apenas ao processo de ensino, sem qualquer referência aos resultados.

P: O que se entende por melhoria dos resultados escolares?

R: Considera-se existir melhoria dos resultados escolares quando os resultados que os alunos apresentam no final de um determinado

ano lectivo indiciam que houve uma evolução relativamente a um ponto de partida, o qual, conforme decisão da escola e especificidade da situação (ano de escolaridade, disciplina, ou outra), pode ser o ano lectivo anterior ou o início do próprio ano lectivo (avaliação diagnóstica).

P: Para além da melhoria dos resultados escolares, o contributo para a redução do abandono escolar também é considerado na avaliação do desempenho docente. Como entender este conceito?

R: O item "redução do abandono escolar" pretende avaliar a capacidade evidenciada pelos docentes de atrair e conquistar para a escola alunos em risco de abandono ou que tenham saído do sistema; essa capacidade pode traduzir-se na participação em projectos específicos, conduzidos por equipas de professores ou no desenvolvimento de outras iniciativas, devendo por isso ser valorizado todo o esforço individual ou colectivo que contribua para essa redução, como é o caso dos cursos CEF, que hoje abrangem mais de 30 000 alunos por ano, em resultado do trabalho dos professores.

P: Porque existem quotas? Qual a necessi-

dade de definir percentagens máximas para a atribuição de Muito Bom e Excelente?

R: A experiência mostra que a inexistência de quotas na avaliação de desempenho resulta numa menor capacidade de reconhecer e diferenciar o mérito no interior de uma organização. A existência de quotas significa também um critério de exigência e um padrão de avaliação. Em nenhuma organização todos são excelentes. Se assim for, é porque o padrão de excelência é incorrecto, isto é, está errada a própria definição do que é excelente.

P: Os professores serão prejudicados pelas classificações atribuídas na avaliação de desempenho?

R: Todos aqueles que obtiverem a classificação de Bom (para a qual não existe quotas) podem progredir na carreira. É de relevar ainda que ficou definido no memorando de entendimento assinado entre o Ministério e a plataforma sindical que a produção dos efeitos negativos da atribuição das classificações Regular ou Insuficiente ficasse condicionada ao resultado de uma avaliação a realizar no ciclo avaliativo seguinte. Ou seja, uma classificação negativa só terá consequências na carreira se confirmada.

P: É verdade que o Ministério da Educação não negociou o modelo de avaliação com os professores?

R: Não é verdade que não tenha havido negociação. O Estatuto da Carreira Docente, que define este sistema de avaliação, esteve em negociação desde 2006, e especificamente as regras da avaliação estiveram sujeitas a mais de 100 reuniões de negociação durante o ano de 2007. Acresce que em Abril de 2008 foi assinado um memorando de entendimento entre o governo e a plataforma das associações sindicais estabelecendo as condições de aplicação do modelo de avaliação nos primeiros dois anos de aplicação.

P: O que foi acordado no memorando de entendimento?

R: O Governo e os sindicatos acordaram, para o primeiro ciclo de avaliação, designadamente no seguinte: suspender os efeitos negativos da avaliação; aumentar o apoio a todas as escolas na concretização da avaliação; e reforçar a participação das associações sindicais no acompanhamento da implementação, em particular através da criação de uma comissão paritária.

Ficou ainda definido no memorando que durante os meses de Junho e Julho de 2009 teria lugar um processo negocial com as organizações sindicais com vista à introdução de eventuais modificações ou alterações resultantes da avaliação do modelo, dos elementos obtidos no acompanhamento, e da monitorização do primeiro ciclo de aplicação.

P: Porque é que não se pode suspender a avaliação docente?

R: Suspender agora a avaliação dos docentes significa ignorar os direitos de milhares de professores já avaliados em 2007 e daqueles que querem ser distinguidos; significa ainda abdicar de uma reforma essencial à melhoria da escola pública, que dificilmente poderá ser retomada, a curto e médio prazo.

“A avaliação dos professores é uma reforma essencial para a melhoria da escola pública, que dificilmente poderá ser retomada, a curto e médio prazo”

“Estamos perante uma situação crítica para consolidarmos a rede de meios”

Os números falam por si. Em três anos revolucionou-se o sector da protecção civil, nomeadamente o combate aos fogos. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário de Estado da Protecção Civil faz um balanço “altamente positivo” dos resultados da implementação, este ano, do dispositivo integrado de combate a incêndios florestais e explica os factores que contribuíram para este êxito.

De olhos postos no futuro, José Miguel Medeiros refere ainda a continuação do investimento na modernização do sector, de um ambicioso plano de aquisição de equipamentos e da construção de novas infra-estruturas, além da qualificação de agentes.

Que balanço faz do dispositivo de combate aos incêndios florestais 2008?

Em primeiro lugar, há que contrariar a habitual relação de causalidade que muitos teimam em estabelecer quando dizem que a diminuição dos incêndios florestais deve-se somente às alterações meteorológicas. A verdade é que as alterações são de outro tipo, já estão a ser aplicadas desde 2006 e no Verão deste ano conheceram “afinações” relativamente ao ano anterior, provocando uma clara melhoria no desempenho do dispositivo. Portanto, estes resultados não foram milagre nem obra do acaso, como muitos membros da oposição pretenderam propagar e até vulgarizar. Sejamos sérios e rigorosos: os resultados conquistados este ano resultam do empenho de milhares de operacionais, homens e mulheres que, com disponibilidade total, organização e disciplina, integraram – e ainda integram – o Dispositivo de Combate aos Incêndios Florestais. Quanto ao balanço do dispositivo integrado de combate aos incêndios florestais, arquitectado e colocado em prática este ano, apraz-me dizer que é altamente positivo. No seu auge, entre os dias 1 de Julho e 30 de Setembro, o dispositivo compreendeu 9 mil e 514 pessoas, 2 mil e 240 meios técnicos terrestres, 56 meios aéreos e uma rede de vigilância nas florestas e parques naturais, composta por 236 postos, envolvendo a Autoridade Nacional de Protecção Civil, os Corpos de Bombeiros Voluntários, a Guarda Nacional Republicana, os Sapadores Bombeiros, a Polícia de Segurança Pública, a Direcção-Geral da Autoridade Marítima, a Autoridade Florestal Nacional, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e a AFOLCECA

Mas o número de ocorrências aumentou em relação ao ano passado?

Pese embora o número de ocorrências ter subido no ano em curso, a verdade é que a área ardida reduziu em 26,7% comparativamente com ano de 2007. Repare, o total da área ardida de 1 de Janeiro até 15 de Outubro foi na ordem dos 14 mil hectares contra os mais de 19 mil registados no ano passado, não esquecendo ainda que a média de área ardida nos últimos cinco anos ronda os 197 mil hectares.

Qual o foi motivo que contribuiu para esse sucesso?

A eficiência no combate aos incêndios ficou bem demonstrada pelo tempo médio de despacho dos meios de ataque inicial – 2 minutos –, assim como pela duração média da chegada ao teatro de operações dos mesmos meios – 11 minutos. Portanto, apesar de ter havido um maior número de ignições, a eficiência com que se procedeu à primeira intervenção, rápida e eficaz, conjugada com a acção dos meios aéreos através do chamado “ataque ampliado”, fez com que os fogos não tivessem uma dimensão significativa. Foi igualmente decisiva a acção de coordenação dos senhores governadores civis, enquanto autoridades políticas distritais de protecção civil, assim como foi preponderante a acção de coordenação dos senhores presidentes de Câmara, que assumem as políticas de protecção civil no patamar municipal. Houve também mais coesão do sistema integrado de operações e socorro, planeamento unificado e prevenção operacional; houve melhor integração das forças e uma forte aposta no pré-posicionamento e ataque inicial; houve mais eficácia na mensagem e nas campanhas de comunicação e de sensibilização.



Até 2005, os incêndios florestais eram o principal problema de segurança interna do país e eram também o principal problema da protecção e socorro. Quais foram as medidas que o Governo tomou para fazer face

à situação?

É hoje indiscutível que constituiu preocupação do actual Governo a criação de um Sistema de Protecção Civil, coerentemente organizado, de modo a dotar o país dos meios, materiais e hu-

manos, considerados necessários para acudir a todas e quaisquer situações previsíveis de catástrofe ou de calamidade, de acordo com aquilo que é a real capacidade financeira do Estado. Nos últimos tempos esse trabalho tem sido con-

PROTECÇÃO CIVIL, JOSÉ MIGUEL MEDEIROS

Oportunidade histórica nacional de protecção civil”



a aprovação da nova Lei de Bases da Protecção Civil, bem como dos Regimes Jurídicos das Associações Humanitárias de Bombeiros, dos Corpos de Bombeiros e dos Bombeiros Portugueses, a implementação do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a instituição do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro, a criação da Autoridade Nacional de Protecção Civil e a reorganização da protecção civil de âmbito municipal que permitiu, entre outras coisas, clarificar as missões das diferentes entidades, definindo uma verdadeira cadeia vertical de comando e colocando em prática um conjunto de acções e de medidas que melhoraram a eficácia das respostas no terreno. Reforçámos em 2008 o efectivo da Força Especial de Bombeiros “Canarinhos”, através da formação de uma segunda Companhia, com 70 elementos e criámos mais duas Companhias do Grupo GIPS, que em hoje um efectivo de 720 elementos. A criação Equipas de Intervenção Permanente (EIP) foi outra das medidas executadas em 2008 e que elevou o nível de prontidão e resposta em situações de socorro e emergência às populações dos concelhos com maior nível de risco. A verdade é que hoje existe uma maior conjugação do conhecimento científico e técnico, uma melhor organização, clarificação do papel dos diferentes agentes e do comando único.

E quanto ao futuro?

Neste novo tempo da protecção civil e do socorro em Portugal, vamos empreender um ambicioso plano de aquisição de equipamentos e de construção de infra-estruturas de protecção civil, participado pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). O volume total de investimento previsto para 2008 ronda os 90 milhões de euros, incluindo 62 milhões de euros de participação comunitária.

Das candidaturas apresentadas assumem especial relevância o plano de reequipamento que visa dotar as corporações de bombeiros com um conjunto de 95 veículos operacionais considerados prioritários nos 18 distritos do continente e cujo concurso público será lançado brevemente; a construção e ampliação de instalações; e a aquisição de equipamento operacional e de comunicações. No programa nacional e nos programas operacionais regionais, o QREN contempla partici-

pações comunitárias na ordem dos 200 milhões de euros. Já em 2009 será lançado um novo plano de reequipamento através do Programa de Apoio aos Equipamentos, que prevê viaturas, equipamentos de protecção individual, assim como novos equipamentos tecnológicos e de georeferenciação. Este plano será participado no âmbito do QREN. Neste momento, estamos a concluir os instrumentos legais e regulamentares para a atribuição dos apoios, de modo a considerar as vulnerabilidades dos territórios concelhios, a disponibilidade dos equipamentos já existentes e as necessidades reais e efectivas dos

para formar todos os agentes de Protecção Civil; um Centro de Recursos Humanos, que integre uma vertente operacional e que resolva, em definitivo, um conjunto de situações anómalas de gestão de recursos humanos existentes há anos neste domínio, designadamente o enquadramento dos operadores de comunicações dos CDOS e das companhias de bombeiros profissionais Canarinhos e um Centro de Prestação de Serviços, que permita gerar receitas próprias a partir da prestação de serviços à comunidade. Apesar de estarem perspectivadas novas fórmulas de formação através da Internet ou

de catástrofe sísmica. Aliás, encontramos actualmente a planear o Exercício “PROCIV IV/2008”, que envolve todos os agentes de protecção civil, com objectivo de testar as premissas operacionais contidas no Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes. Entendemos que o caminho certo para tornar as comunidades menos vulneráveis passa por melhorar a tomada de decisões, apostar no planeamento e gerir os riscos de uma forma mais eficaz, ao mesmo tempo que inovamos nas actividades de desenvolvimento e de protecção do ambiente.

A Protecção Civil vai muito para além dos incêndios. Na prevenção de que ocorrências trabalha diariamente?

O universo da protecção civil é vasto. A nossa missão tem como finalidade a prevenção de riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram. Temos equipas, quer na SEPC, quer na Autoridade Nacional de Protecção Civil, a trabalhar permanentemente em análises de riscos, sejam eles incêndios, cheias, sismos, desabamentos, acidentes diversos, para além de todo o trabalho que está a ser desenvolvido na prevenção e segurança rodoviária através da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Foi convidado para o cargo de secretário de Estado da Protecção Civil depois de ter realizado um excelente trabalho neste campo enquanto governador civil de Leiria. A sua ida para o Governo foi um prémio?

Não vejo a minha ida para o Governo como um prémio. Os prémios conquistam-se em competições ou em jogos e sorteios. Independentemente do cargo ou função que desempenhe, pauto sempre a minha conduta por rigorosos princípios de ética, espírito de missão e serviço à causa pública. Tudo aquilo que sou reflecte bem aquilo que penso e ambiciono para o meu país. Aconteceu assim enquanto estive como deputado na Assembleia da República ou no Governo Civil de Leiria. Agora estou no Governo, é certo, mas sempre animado pelo mesmo espírito de serviço ao meu país.

“O caminho certo para tornar as comunidades menos vulneráveis passa por melhorar a tomada de decisões, apostar no planeamento e gerir os riscos de uma forma mais eficaz”

corpos de bombeiros. Creio que estamos perante uma oportunidade histórica para consolidarmos a rede nacional de protecção civil e para modernizarmos todo o sector.

A formação e a qualificação dos agentes de protecção civil são um dos objectivos do Governo?

Claramente. Como sabe, estamos a definir o modelo de um futuro Centro de Recursos de Protecção e Socorro, que incorpore uma Escola Nacional de Bombeiros de excelência e todo um conjunto de valências no domínio da protecção e do socorro, que prossiga os objectivos dos novos tempos que vivemos no âmbito da Protecção Civil. Encontramo-nos agora na segunda fase dos trabalhos que vão criar uma nova estrutura, que resultará do redimensionamento e da reestruturação daquilo que é hoje a Escola Nacional de Bombeiros e de algumas valências da própria Autoridade Nacional de Protecção Civil, de modo a permitir a criação de um modelo institucional que enquadre três vertentes principais, uma Escola de Bombeiros, de excelência, com capacidade pedagógica, científica e técnica, vocacionada

da criação de pólos móveis de deslocação pontual de formadores, é necessário que a escola possa ir fora de portas e dê formação mais próxima dos quartéis, para permitir que os voluntários tenham acesso à formação. Não podemos permitir que um trabalhador se ausente 15 dias do seu emprego para aceder à formação e à qualificação.

A Secretaria de Estado da Protecção Civil está a fazer o “trabalho de casa”, ou seja, tem apostado na elaboração de planos de prevenção e na adopção de medidas de mitigação?

Claro que estamos a fazer o trabalho de casa! O número de catástrofes naturais, principalmente as que são capazes de provocar milhares de mortos em breves instantes e as induzidas pela intervenção humana ou tecnológica que têm assolado o mundo, mostram que a sociedade está diante de uma nova realidade e de uma grande variedade de riscos. Temos planos de prevenção gizados e algumas medidas de mitigação já adoptadas, por exemplo, a fim de permitir estimar eventuais danos directos, face a diferentes cenários

cretizado e os resultados positivos, entretanto alcançados, são prova disso. Para tanto, houve que construir, nos últimos três anos, todo um novo edifício legislativo e até conceptual no campo da protecção civil em Portugal, do qual destaco

OPINIÃO

ISABEL JORGE
Deputada do PS

Com a experiência de todos e o cruzamento dessas experiências poderemos ajudar a mudar comportamentos, salvar vidas e evitar dramas profundos

CONDUÇÃO SOB O EFEITO DO ÁLCOOL

A PROBLEMÁTICA da sinistralidade rodoviária ainda é, embora todo o esforço desenvolvido, uma das grandes preocupações de todos os Estados no espaço de União Europeia.

Trata-se de uma problema de dimensão internacional que tem mantido os Estados em alerta para experiências e modelos que, além fronteiras, se vêm implementando e testando com mais ou menos sucesso.

Já no longínquo mês de Abril de 1926 foi assinada em Paris uma convenção que visava estabelecer alguma uniformidade ao nível das regras e circulação rodoviária de forma a facilitar o turismo internacional, adoptando uma sinalética comum.

Actualmente é visível o empenho, ao nível da União, em tentar criar pontos de convergência em relação às políticas de segurança rodoviária prosseguidas pelos Estados-membros.

Uma das vertentes da sinistralidade rodoviária cuja expressão ainda é muito significativa e cuja consciência da ilicitude continua a não estar presente nos infractores é a condução sob o efeito do álcool.

Com efeito, a prática deste crime, no nosso País, ainda não foi interiorizada pelos condutores que continuam a insistir numa conduta ilícita.

E, no entanto, em termos estatísticos, esta mesma conduta é a que mais sentenças condenatórias (cerca de 25%) são proferidas pelos diversos tribunais e cujos processos são também os mais céleres, já que os procedimentos judiciais não oferecem grande complexidade.

O condutor, cujo teste de alcoolemia seja positivo, é apanhado em flagrante e a prova esta feita em si mesma.

Questionemo-nos então sobre o porquê da manutenção deste crime que quase não oscila, envolve uma muito maior percentagem de homens do que de mulheres, é transversal a todas as faixas etárias, estratos sociais e níveis de escolaridade.

Será que os condutores não temem pela segurança? Será que “jogam” no risco de ser testados ou não? Será que não receiam a punição? Será que a punição é demasiado “branda”? Será que o seu egoísmo e excesso de auto confiança não os alerta para a dimensão social do acto de conduzir?

E, contudo, o investimento em campanhas de sensibilização para esta problemática é cada vez maior e mais insistente.

Em 2000 e 2001 arrancou, em Portugal o programa “STOP” (a título experimental), resultante de uma parceria que envolve o Ministério da Justiça, através da Direcção-geral de Reinserção Social e da Prevenção Rodoviária Portuguesa, e cujos destinatários são condutores já condenados por outros crimes e cuja pena foi suspensa, ou em cumprimento de injunção no âmbito de suspensão provisória do processo.

Tendo presente os dados disponíveis, agora já com aplicação em todo o País, verifica-se que 37% dos indivíduos são reincidentes e 63% são primários. A Taxa de Álcool no Sangue mais encontrada situa-se entre 1,2 e 2,00 (62%). Verifica-se ainda que o período nocturno

é mais favorável à ocorrência da prática do crime de CVEE, nos fins-de-semana e feriados. Exceptuam-se destes dados os indivíduos com problemas de alcoolemia que delinquentem mais durante a semana e nas primeiras horas da noite.

Toda a estrutura do programa visa alterar comportamentos no que se refere aos hábitos de consumo de álcool quando se pretende conduzir, bem como induzir a aprendizagem e colocação em prática de estratégias alternativas à condução sob o efeito do álcool, por forma a reduzir riscos de danos para si e para terceiros.

Mas, e quão lamentável haver um mas, este programa “sofre” de um pequeno/grande defeito que urge ultrapassar: a falta de avaliação da sua eficácia e análise da reincidência no mesmo tipo de crime após a frequência do programa.

Temos assim um programa que poderia ter grandes virtudes mas sem avaliação.

Chegados a este ponto há então que reflectir sobre que formas de consciencializar os cidadãos para uma conduta licita e sem repressão, não inibidoras das regras de socialização, e encontrar estratégias alternativas à condução sob o efeito do álcool,

Há, contudo, entre nós, experiências positivas nas alterações comportamentais. Relembro a título de exemplo o uso de uma única viatura por grupos em que dos elementos se disponibiliza a não ingerir bebidas alcoólicas e conduzir os colegas, o chamado “condutor cool”, ou o recurso a transportes públicos e de aluguer, ou ainda a nova experiência lançada pela Câmara de Lisboa que introduziu um circuito nocturno de autocarros pelas zonas da cidade com mais movimento nocturno que circula até às cinco horas da manhã.

Temos um caminho a percorrer que outros países, porventura, já percorreram!

Com a experiência de todos e o cruzamento dessas experiências poderemos ajudar a mudar comportamentos, salvar vidas e evitar dramas profundos.

E talvez baste atentar nas palavras de um dos nossos poetas e na sua poesia...

“Sabes, Miguel? Tu não fostes um morto rentável, desses sobre quem muitos depois escrevem prantos rimados e apressados encómios. Não tiveste amigos desses. Ainda bem. Faltou-te em obra (escrita e publicada) o que ao fim da noite te sobrava de vida...”

O teu carro era veloz, tornava pequena e sórdida a vinte e quatro de Julho. Demasiado de noite ao silêncio dos corações disponíveis...

Só nunca saberei o que me querias dizer... Não esperei que regressasses do carro com o livro anotado, e o último copo parece-me agora uma despedida incompleta, um rasto de cinza que tinge de mágoa o balcão a que me encosto.

Para este jovem escritor a viagem para a morte terminou na Avda. 24 de Julho, num qualquer dia, de um qualquer ano.

E bastava apenas não ter conduzido...

Autarca socialista lança livros sobre África e poder local em Portugal

UM REGRESSO a experiências passadas em países africanos lusófonos e a definição de um perfil ideal do autarca do futuro são as questões centrais de duas obras assinadas pelo camarada Alexandre Faria, deputado do PS no município de Cascais, e lançadas, simultaneamente, no passado dia 7 de Novembro.

Em “Filhos de África”, Alexandre Faria conta uma história a quatro tempos, relatando, num misto de verdade e ficção, vivências pessoais enquadradas em diversos projectos humanitários que foram desenvolvidos em quatro ex-colónias portuguesas: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

Nesta obra, o autor revela uma outra África, recriando cenários culturais e institucionais onde predominam a intriga e a investigação.

Já no livro “Em Busca do Autarca Perdido” – um exercício de reflexão histórica e sociológica sobre a evolução do poder local – Alexandre Faria afirma que as preocupações ambientais são cada vez mais prioritárias para a administração autárquica, surgindo na esmagadora maioria dos estudos de opinião como determinantes na escolha dos eleitos locais.

“E se estes procuram satisfazer essas pretensões nas campanhas eleitorais, também tem sido notória a falta de preparação política e técnica para responder, na execução do mandato, a estes compromissos”, escreve o deputado municipal socialista, observando

igualmente que, apesar das limitações políticas e financeiras com que se deparam, os autarcas não deixam de ser importantes actores, “capazes de produzir resultados efectivos”, pelo que o exemplo deverá sempre partir da escala local.

Assim, Alexandre Faria defende que compete ao autarca “responder pelas obrigações de uma cultura local, inserida numa comunidade global, fazendo valer os princípios que regem a prioridade de actuação do poder autárquico, já não só em defesa das populações que directamente o elegem, mas com uma visão estratégica translocal e transnacional”, apesar de vincar que muitas decisões importantes não passam pelas autarquias.

Para Alexandre Faria, a tarefa dos autarcas não está facilitada pela imensidão de publicações em “Diário da República” e de planos que se sobrepõem uns aos outros, sendo a elaboração e revisão do Plano Director Municipal um instrumento “importante para a prevenção ambiental nos seus municípios”.

O deputado do PS em Cascais entende ainda que a iniciativa dos grupos cívicos “tem servido para suprir a incapacidade local de responder às necessidades ambientais”.

Num livro em que recupera a instituição do poder local em Portugal e aborda temas que marcaram recentemente a actualidade, como a revisão da lei eleitoral autárquica, Alexandre Faria insta os cidadãos a cooperarem com o poder local. **M.R.**



6 PERGUNTAS
A JOSÉ AUGUSTO CARVALHO

Res Publica quer apoiar a formação de futuros eleitos locais

Assumindo-se como um instituto de estudo das políticas públicas, a Res Publica tem, entre os seus objectivos centrais, a credibilização do poder local e o aprofundamento da democracia portuguesa. Na curta entrevista ao “Acção Socialista”, José Augusto Carvalho, membro do Conselho de Administração da fundação, sublinha o contributo que esta pode dar para a formação de futuros eleitos locais no próximo quadriénio autárquico.



Quais os objectivos centrais que estiveram na génese da criação da Fundação Res Publica?

Ao serviço dos ideais da grande família europeia do socialismo democrático encontramos uma pluralidade de instituições similares.

Cito, no Sul da Europa, a Fundação Pablo Iglesias em Espanha e, em França, a Fundação Jean-Jaurès.

No pós-25 de Abril, Portugal não constituiu excepção. Daí a constituição, designadamente, das Fundações José Fontana e Antero de Quental.

A primeira virada, essencialmente, para o movimento associativo democrático “livre, unido e independente” ao serviço dos interesses dos trabalhadores. A Fundação Antero de Quental centrada no fomento do “progressivo estabelecimento da descentralização administrativa e da autonomia regional, dentro de um Estado republicano e unitário”.

A vida, por definição, é dinâmica. Estas fundações, a par de algumas dificuldades de gestão, justificavam actualização de objectivos.

Acresce que, coexistindo num mesmo edifício, seguramente, resultariam sinergias se se fundissem.

Por isso, houve como que um apelo a uma reestruturação que foi estimulada pela necessidade de dar guarida a um instituto de estudo das políticas públicas que, conforme recordou o camarada Augusto Santos Silva em artigo publicado no “Acção Socialista”, visa “promover iniciativas de investigação, debate, formação e divulgação sobre o aprofundamento da democracia e as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e a coesão social, no âmbito nacional, europeu e internacional”.

Com esta fusão/reestruturação, a Fundação Res Publica assumiu-se como fiel depositária dos fins actualizados das extintas fundações e viabilizou a criação do que constitui a sua terceira e mais inovadora valência: um instituto de políticas públicas.

Tendo tido o gosto de, nesta fase de transição, liderar os órgãos de administração de ambas as extintas fundações, seja-me permitido tributar estima e apreço público aos administradores que comigo trabalharam, assim como a outros amigos – os próprios sabem a quem me refiro – pelo muito que nos apoiaram.

Neste contexto, como podemos sistematizar as vantagens da Fundação Res Publica relativamente às extintas José Fontana e Antero de Quental?

Quem representa a Fundação e, por isso, está legitimado para falar globalmente em seu nome, é o respectivo presidente, camarada António Vitorino.

Só respondo a esta pergunta porque entronca num passado próximo pelo qual fui responsável.

Começo por referir a óbvia redução de custos de funcionamento, com a unificação de estruturas. Esta reestruturação introduziu igualmente uma dinâmica de redução de recursos humanos que – devo confessá-lo – nos ultrapassou: de sete funcionários que encontrámos à chegada, legámos à Res Publica apenas um. Este “virar de página” foi associado, inevitavelmente, a um esforço de saneamento financeiro que, aliás, se concluiu com êxito.

A nova Fundação, atentos os fins, estrutura-se assim em três áreas de actuação, como atrás referi, identifi-

cadas com as exigências do presente e, seguramente, do futuro.

Naturalmente só me pronuncio sobre a área autárquica.

Agora como revista electrónica, tudo faremos para que os conceituados “Cadernos Municipais” voltem a constituir um veículo de informação e comunicação.

Também queremos promover, no próximo ano, uma iniciativa a que adiram muitos dos que acreditam nas virtualidades da descentralização. Que, na prática, façam um radical desmentido quanto ao poder local se encontrar esgotado ou sequer limitado.

Então, de momento, tal projecto, já se encontra delineado para essa promoção do poder local?

A credibilização das autarquias locais é um dos nossos objectivos.

Também é nossa intenção contribuir, a curto prazo, para, pelo menos, uma acção de formação para actuais e futuros eleitos locais, por área de NUT II.

À escala distrital, disponibilizamo-nos para colaborar no que for entendido por necessário.

Nós não nos intrometemos. Disponibilizamo-nos.

A mesma atitude de apoio à participação qualificada dos jovens e das mulheres na vida autárquica.

Que destaques terão as políticas públicas consideradas na esfera das autarquias?

As autarquias locais não são administração directa nem indirecta do Estado. São administração autónoma.

Contudo, fazem parte da Administração Pública e, nesse sentido, não deixaremos de apoiar o estudo,

o debate e a formação quanto às políticas públicas que respeitem às competências autárquicas.

Num artigo de opinião publicado no “Acção Socialista” fala de “novos horizontes para as autarquias locais no séc. XXI”.

Concretamente, do seu ponto de vista, que horizontes são esses?

Se revisitarem essa frase, verificam que a escrevi em termos interrogativos.

É que procuro ser coerente com o que repetidamente afirmo: não há melhor sinónimo de “democracia” que “participação”.

Não reivindico, por isso, para mim, individualmente, respostas definitivas, muito menos em termos de visão prospectiva da actividade autárquica.

Não obstante, atento o actual quadro legal, há temas que justificam estudo e debate.

Estudo e debate para que muitas autarquias locais atinjam novos horizontes de imagem e credibilidade nesta primeira década do novo século.

Importa, neste pressuposto, estudar e debater, nomeadamente:

- O exercício das competências dos órgãos executivo e deliberativo;
- O Estatuto do Direito de Oposição;
- A democracia participativa;
- Os modelos de gestão;
- A regulação de taxas e preços;
- A cooperação intermunicipal;
- As parcerias publico-privadas;
- O território como factor de competitividade;
- As políticas sociais de proximidade

E que mais?

Em suma:

Com as leis que actualmente vigoram, é possível apoiar muitas autarquias locais a atingir novos horizontes de qualidade na actividade que desenvolvem e nos serviços que prestam à respectiva comunidade.

Que papel podem ter as personalidades da esquerda e do centro-esquerda no espaço de reflexão e debate que constitui a Fundação?

Circunscrevo-me, na resposta, ao mundo das autarquias locais.

Esse papel não pode ser mais necessário e urgente. Até pela escassez de reflexão e debate que demonstradamente se tem verificado.

Por mim, balizo-me pelo quadro constitucional e legal do nosso Estado Unitário e deixo alguns pretensos tópicos:

- Reforma institucional; sistema de governo local; e-government e workflow nas autarquias locais;
- Democracia local; relação e participação dos cidadãos;
- Transparência e rigor na gestão autárquica;
- Eficácia, eficiência e economia na satisfação das necessidades prioritárias das populações, com a sensibilidade social e o espírito humanista que são matriciais ao socialismo democrático.

Anoto, por fim, o trabalho de apoio à formação de futuros eleitos locais, no próximo quadriénio autárquico, devido ao movimento de renovação dos titulares dos órgãos imposto pela lei de limitação de mandatos.

Que daí surjam efectivos paradigmas autárquicos da esquerda democrática.

Sócrates acusa oposições de oportunismo em matéria de avaliação dos professores

O “oportunismo político” dos partidos da oposição, sobretudo do PSD, nas reacções à manifestação de professores sábado em Lisboa, foi duramente criticado pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, na sessão de encerramento do Congresso da Federação de Coimbra.



SÓCRATES condenou a postura das oposições, lembrando que os partidos “devem servir defender o interesse do geral do país e não para se colarem a reivindicações corporativas na esperança de ganhar uns míseros votos”.

Segundo declarou o líder dos socialistas, “os partidos da oposição sem tema e sem discurso andam à procura de qualquer manifestação ou descontentamento para então poderem liderar. O que ficou visível foi que os partidos fizeram um lamentável aproveitamento político da manifestação”.

Dos “partidos à nossa esquerda, já não se esperava nada, têm a habitual estratégia do protesto”, disse, criticando depois o volte-face “do principal partido da oposição, que ainda há uns meses atrás aquando da outra manifestação dizia ao PS que se recusasse era um vergonha, venha agora dizer que o Governo deve recuar”.

Salientando que o Governo se mantém firme para “defender o interesse nacional”, o secretário-geral do PS afirmou que a “avaliação de professores é essencial para que se possa garantir um sistema justo e também uma escola pública de qualidade que se orgulhe dos seus professores”.

“O que é que o maior partido da oposição quer? Que o Governo desista da avaliação, que voltemos à situação da promoção automática, à situação em que os professores são todos iguais, não é possível distingui-los”, perguntou.

Numa intervenção várias vezes interrompida com salvas de palmas pelos congressistas, José Sócrates reiterou ter a certeza “que todos compreendem que o

pior que existia em Portugal era o sistema que se baseava apenas na promoção automática”.

E manifestou-se convicto de que “o perfil da situação social dos professores será melhorado quando os portugueses souberem que, tal como outros profissionais, também eles são avaliados”, acrescentando que o modelo de avaliação é “acto de justiça e de reconhecimento”.

PS não tem medo de eleições

Na sua intervenção, o líder socialista não poupou também críticas aos sindicatos de professores, a quem acusou de não respeitarem o memorando de entendimento assinado este ano com o Ministério da Educação. “Somos inflexíveis no compromisso que assinámos com os sindicatos”, disse.

E perguntou se “será pedir de mais aos sindicatos que cumpram este acordo, que honrem a palavra que deram, a assinatura que puseram neste memorando”, mostrando depois o documento perante o Congresso.

Sócrates questionou ainda se “será possível o Governo fazer um entendimento com os sindicatos e passados uns meses uma das partes pôr em causa aquilo que assinou”.

“Será que é isso que a sociedade portuguesa deseja, isso honra essa parte, pior ainda, é que chegamos à conclusão que alguém assinou com intenção de não cumprir”, acrescentou Sócrates, defendendo que o país precisa de “entendimentos, de negociações e de compromissos, que são para ser honrados”.

O secretário-geral do PS adiantou que

existem já 20 mil professores avaliados, tendo 1400 sido considerados “muito bons e excelentes”, e reafirmou ainda que “o PS não tem medo de eleições e o calendário eleitoral não fará o Governo mudar de rumo”.

Dirigentes nacionais encerraram congressos

Para além de Sócrates, no Congresso de Coimbra, as restantes reuniões magnas federativas contaram nas sessões de encerramento com as presenças de dirigente nacionais do PS.

Assim, Capoulas Santos encerrou o Congresso da Federação do Algarve, Manuel Pizarro o de Aveiro, Ferrando Serrasqueiro o do Baixo Alentejo, Paulo Campos o de Braga, Vitalino Canas o de Bragança, e Marcos Perestrello o de Castelo Branco.

O Congresso de Évora foi encerrado por Mário Lino, o da FAUL por António Costa, o da FRO por Valter Lemos, enquanto o da Guarda foi encerrado por Ascenso Simões e o de Leiria por Alberto Costa.

Miranda Calha encerrou o Congresso da Federação de Portalegre, Guilherme Pinto o do Porto, Jorge Lácio o de Santarém, Vieira da Silva o de Setúbal, Luís Amado o de Viana do Castelo, enquanto o Congresso de Vila Real contou na sessão de encerramento com a presença de Pedro Silva Pereira e o de Viseu com Edite Estrela.

O “AS” publica nesta página e nas 9 e 10 as listas dos eleitos para os próximos dois anos para os diferentes órgãos das federações do PS

Algarve

COMISSÃO POLÍTICA

José Apolinário
António Ventura Pina
Jamila Madeira
Isilda Gomes
Sérgio Viana
Maria José Mestre
António Porfírio Maia
Esmeralda Ramires
Fernando Anastácio
Maria Joaquina Matos
Luís Carito
Célia Catarina Paz
Victor Faria
Susana Ferreira
Jorge Marques Pereira
Ana Sofia Belchior Silva
Ricardo Clemente
Josélia Gonçalves
Nuno Amado
Ana Cristina Linhares
Sérgio Nicolae Santos
Maria Conceição Leite
Álvaro Araújo
Ana Figueiredo Santos
Luís Nunes
Ana Passos
José Lucas Gonçalves
Vanda Guerreiro
José Galrito
Vitor Santos
Celeste Sousa
Pedro Oliveira
Gisela Lima
Dulce Bernardo
Paulo Jorge Reis
Maria Helena Rocha
Luís Encarnação
Ernestina Castro
Nuno Silva
Adérito Silva
Ana Sofia Quintino
Ricardo Cipriano
Ana Paula Correia
José Graça
Licínia Rodrigues
Francisco Oliveira
Inês Pereira
João Henrique Pereira
Mónica Lima
Carlos Manso
Maria Lourdes Luz
João Martins
Cláudia Navarro Simões
Paulo Neves
Susana Castro
Mário Gonçalves
Célia Rodrigues
Rita Olivença
Célia Sá Reis
Nuno Aires
Isabel Guerreiro
Joaquim Brandão Pires
Sara Brito
João Calabreta Martins
Marlene Guerreiro
Joaquim Castelão Rodrigues
Sónia Melo
Rui Lourenço
Telma Leonardo
Joaquim Teixeira

COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

Fernando Cabrita
Francisco Florêncio
Heloísa Madeira
Maria Custódia Reis
Ernesto Ramos

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Augusto Miranda
Maria Helena A Martiniano
Helder Carmo
Sara Coelho
Eduardo Dias
Lisandra Rua
Maria Helena Messias

Aveiro

COMISSÃO POLÍTICA

José Mota
Carlos Candal
Rosa Maria Albernaz
Óscar Gaspar
Alcides Branco
Helena Terra
Raúl Martins
Antero Gaspar
Marisa Macedo
Fernando Rocha de Andrade
Henrique Ferreira
Margarida Gariso
Jorge Carvalho
Manuel São Bento
Mariana Franco
Victor Neves
Aníbal Gouveia
Maria José Silva
Hélder Filipe
Gonçalo Fonseca
Catarina Rodrigues
José Fragateiro
José Vaz
Ana Maria Silva
Gonçalo Rocha

Fernando Mendonça
Regina Fontes
Hélder Simões
Carlos Lemos
Susana Correia
José Vieira Gonçalves
Humberto Rocha
Norlinda Lima
Napoleão Guerra
Jesus Silva
Elisa Maria Almeida
Luís Neto
Márcio Correia
Ana Margarida Bastos
Luís Ferreira
Jacinto Martins
Patrícia Couto
Júlio Penetra
Jorge Sequeira
Arminda Martins
José Valente
Alfredo Gonçalves
Arminda Gomes
Justino Monteiro
Augusto Vidal Leite
Maria Rosário Relva
Luís Tovim
Manuel Alberto Pereira
Mariluz Brandão
Adriano Martins
António Cardoso
Carla Cristina Silva
Sérgio Cirino
Domingos Sousa Moreira
Carla Adriana S Pinto
António Pinto Bento
Telmo André Gomes
Anabela Amorim D Franco
José Pereira da Rocha
Acácio Maçãs

COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

Filipe Neto Brandão
António Pedro O Martins
Ana Palmira Cruz
Vitor Fontes
Vitor Monteiro
Sofia Cunha
Rui Ferreira

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Armando França
Américo Santos
Esmeralda Souto
Júlio Merendeiro
Álvaro do Bem

Baixo Alentejo

COMISSÃO POLÍTICA

Ana Barão
Ana Mafalda Batista
Ana Raquel Soudo
Ana Sofia André
Aníbal Coelho da Costa
António Camilo
António Eduardo Silva
António Figueira
António Gavino Paixão
António José Paulino
António Paiva
António Peleija
António Viana Afonso
Carlos Alberto Pereira
Carlos Calhau
Conceição Casa Nova
Conceição Margalha
Duarte Freitas de Sousa
Fernanda Guerreiro
Fernando Romba
Fernando Teixeira Guerreiro
Fernando Viola
Filipe Palma
Francisco Arvanas
Francisco Baptista
Francisco Cerejo
Graça Belchior
Helder Guerreiro
Helena Viola
Idalina Galinha
João Alberto Fragoso
João Cordovil
João Rolha
João Saleiro
Joaquim Abraços Palma
Joaquim Cerejo
Jorge Coelho
Jorge Pulido Valente
José Camacho
José Carlos Albino
José Fernando Mendes
José Francisco Encarnação
José Guerra
José João Carias
José Manuel Mestre
José Maria Aniceto
José Nicolau
Luís Alberto Cacito
Manuel Espada Guerreiro
Manuel Maduro
Manuel Masseno
Manuel Mestre
Marco Rego
Maria Fernanda Martins
Maria José Gamito
Maria José Soares
Mário Caetano
Miguel Gois
Noel Farinho

Aprovado na generalidade Orçamento de Estado para 2009

Com os votos favoráveis da bancada socialista, foi aprovado, na generalidade, o Orçamento de Estado para 2009, cujas principais marcas são os apoios às famílias e às empresas, num cenário de crise mundial.

Ao intervir na abertura do debate orçamental do passado dia 7, o primeiro-ministro apresentou as grandes linhas do documento e criticou as oposições por insensibilidade social e irresponsabilidade política.

NO CONTRA-ATAQUE político, José Sócrates criticou fortemente o que descreveu como “falta de respeito pela dignidade das pessoas” e lamentou as dúvidas levantadas em torno da decisão de aumentar o salário mínimo nacional (SMN).

Para Sócrates, a subida do SMN para 450 euros em 2009 constituiu “um aumento histórico” e não uma atitude irresponsável do Governo.

“Irresponsável seria desprezar a concertação social, não melhorar a situação daqueles que trabalham com pouco mais de 400 euros, não combater a pobreza nos activos. Irresponsável e profundamente errado é brandir a ameaça de desemprego para questionar o salário mínimo”, sustentou, perguntando de seguida aos deputados se “será possível olhar nos olhos um trabalhador que ganha 426 euros por mês e dizer-lhe que este não é o momento para o aumentar 24 euros”.

Em relação às características essenciais da proposta de OE do Governo, o primeiro-ministro fez o enquadramento da situação económico-financeira do país e da actual conjuntura de crise internacional, insistindo na necessidade de proteger Portugal, as famílias e as empresas, mas “sem pôr em causa o rigor e a disciplina financeira que tem caracterizado estes últimos anos de governação”.

Após recordar que o Executivo do PS pôs as contas públicas em ordem sem recorrer a receitas extraordinárias, à integração de fundos de pensões ou à titularização de créditos fiscais, tirando ainda a Segurança Social “de uma situação de alto risco”, Sócrates garantiu que “a crise orçamental ficou para trás”, assegurando igualmente que Portugal está agora “em melhores condições para enfrentar as consequências da crise”.

Neste ponto, refutou a tese de uma certa oposição à direita segundo a qual “não há dinheiro para nada”, dizendo que “o país não pode parar” e que “o derrotismo, o pessimismo militante, o catastrofismo, a resignação não são próprios de quem quer enfrentar as crises, porque elas enfrentam-se, não com desistência, mas com iniciativa e acção”.

Já à oposição à esquerda do PS,

deixou a mensagem clara de que “esta não é a hora de regressar a soluções que a História já demonstrou estarem erradas”.

Reforço de 18% para a acção social

Na ocasião, o primeiro-ministro anunciou também estarem previstos gastos na ordem dos 1,6 milhões de euros na acção social, verba que representará um aumento de 18% face a este ano.

Segundo José Sócrates, este reforço financeiro do sector vai servir programas de alargamento da rede de creches e lares de idosos.

“Em 2009, as instituições particulares de solidariedade social beneficiarão de transferências de meios públicos na ordem dos 1,2 milhões de euros”, disse antes de referir que em 2009 os funcionários públicos vão ser aumentados acima da inflação (2,9 por cento) e que o Executivo fará do sector da educação uma prioridade, a par da ciência.

Ainda nas áreas sociais, Sócrates adiantou que o Orçamento investirá na melhoria dos cuidados de saúde, adiantando que haverá um aumento de vagas nos cursos de medicina, se dará prioridade à medicina geral e familiar nos internatos médicos e se verificará o desenvolvimento da cirurgia em ambulatório.

Em relação à segurança interna, apontou que a proposta do Governo “aumenta significativamente as verbas afectas à investigação criminal”, havendo ainda “a formação de mais dois mil agentes das forças de segurança e o investimento nos seus equipamentos e instalações”.

Quanto às medidas de estímulo à economia, nomeadamente no apoio às empresas, o primeiro-ministro sublinhou que, em 2009, será o primeiro ano inteiro em que vigorará a taxa máxima de 20% de IVA, recordando que o Executivo vai reduzir em 2009 o IRC para 12,5% nos primeiros 12.500 euros, que haverá uma redução dos pagamentos por conta e a injeção de recursos financeiros no tecido económico, através de uma nova linha de crédito de mil milhões de euros e da regularização extraordinária das dívidas do Estado no valor de 1250 milhões.

Já no período de debate e em



resposta a uma questão da bancada socialista, o primeiro-ministro explicou a estratégia do Executivo face a crise, referindo que esta assenta em três pontos-chave: estabilização do sistema bancário, apoio às empresas e investimento público.

“São irresponsáveis os apelos para não avançar com o investimento público”, sublinhou, criticando a atitude do PSD de “convidar o Governo a sentar-se na cadeira e não fazer nada”.

Investimento público avança

A este propósito, convidou os deputados laranja a explicarem onde cortariam para concretizar as “propostas avulsas” no valor de 780 milhões de euros que fizeram de alteração ao OE para 2009.

Mais tarde, José Sócrates rejeitou igualmente acusações da bancada do PSD segundo as quais a Região Autónoma da Madeira estaria a ser prejudicada, desafiando o principal partido da oposição a dizer “qual é o artigo da lei de finanças regionais que não está a ser cumprido”.

Por sua vez, o líder da bancada socialista, Alberto Martins, denunciou a “fraude política” consubstanciada no último Orçamento de Estado do Governo de coligação PSD/CDS-PP, no qual se recorreu à “ocultação da verdade sobre as contas públicas”, à “fantasia da descapitalização” e ainda às “soluções do Citigroup”.

“As palavras só têm valor quando têm correspondência”, observou depois o líder parlamentar do PS, considerando “uma desonra não cumprir os compromissos livremente assumidos”.

Numa intervenção em que evi-

denciou a “falta de sentido estratégico” do PSD, Alberto Martins rejeitou igualmente o “frenesim de braços caídos”, defendendo “um Estado interventor na medida do necessário”.

“A responsabilidade nada tem que ver com a política de alheamento que alguma oposição propõe”, salientou, acrescentando, porém, que também não há que tomar medidas “invocando o ilusionismo do passado”.

Incentivos à poupança

No segundo dia do debate, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que a proposta do Governo contém medidas que incentivam a poupança dos portugueses.

O aumento previsto de 13% do investimento público, a subida dos salários dos funcionários públicos acima da taxa de inflação e as medidas de “alívio fiscal” que são propostas pelo Governo “aumentam o rendimento disponível” e dão “um importante contributo não só para que o consumo cresça, ajudando a economia a crescer, mas também para que a poupança aumente”, referiu, desmontando as críticas da oposição.

A encerrar o debate, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, criticou o PSD por fazer tábua rasa do acordo de concertação social sobre aumento do salário mínimo e o CDS-PP por ignorar a “dignidade social” inerente ao Rendimento Social de Inserção (RSI).

“Não temos vergonha desta prestação, como outros parecem ter. Defendemos o RSI porque dimi-

nui a pobreza extrema em 25% em Portugal”, declarou, lamentando de seguida que “aqueles que deixaram as contas da Segurança Social no vermelho, aqueles que em três anos adensaram até ao limite do suportável as dúvidas sobre o futuro das pensões dos portugueses, sejam os mesmos que agora criticam quem retirou Portugal da lista dos países de alto risco em termos de sustentabilidade das pensões”.

Numa intervenção centrada nas políticas sociais do Executivo, Vieira da Silva referiu que o nosso país tem hoje “um novo modelo de qualificações”, uma escola pública “mais inclusiva” e “um novo modelo de relações laborais”, interrogando-se depois sobre “quão mais gravosa seria a situação actual para as famílias portuguesas se este Governo não tivesse interrompido a política anterior de congelamento do investimento em rede de equipamentos sociais”.

E deixou ainda críticas ao PSD por, ao longo dos últimos dias, ter posto em causa “acordos da concertação social em relação ao salário mínimo, subsídio de desemprego, segurança social e reforma laboral”.

“Ao que chegou a vertigem populista que substituiu a ausência de política”, venceu.

Antes do ministro do Trabalho e da Solidariedade, o vice-presidente da bancada socialista Afonso Candal fez uma intervenção centrada nos números relativos às questões do emprego.

Segundo Candal, “nos últimos três anos foram criados mais de 130 mil empregos”, sendo que a manutenção da taxa de desemprego em Portugal se explica “pelo aumento da população activa”. M.R.

Santos Silva acusa líder do PSD de insultar Sócrates

O MINISTRO dos Assuntos Parlamentares acusou a líder do PSD de enveredar pelo “ataque pessoal” e pelo “insulto” ao primeiro-ministro, considerando que essa “é a arma própria dos fracos” e reveladora do “desespero em que se encontra a actual liderança” do maior partido da oposição.

Augusto Santos Silva reagia no dia 4 em declarações aos jornalistas a afirmações feitas por Manuela Ferreira Leite, em Évora, no encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, em que acusou Sócrates de não ser confiável.

O debate democrático, segundo o ministro dos Assuntos Parlamentares, “deve ser um debate de ideias. Não tem que ser um debate em torno das adjectivações pessoais que cada um entenda fazer”.

Para Santos Silva, a presidente do PSD também não apresentou ainda qualquer proposta construtiva para fazer face à actual situação de crise internacional.

“É infeliz, mas também relevador do estado da actual liderança do PSD, que num momento em que a crise financeira mundial é intensa e os seus efeitos são evidentes, aos quais Portugal obviamente não está imune a dra. Manuela Ferreira Leite não teve nada a dizer a não ser criticar sistematicamente o Governo do seu país”, disse.

Augusto Santos Silva refutou também contra as afirmações da líder laranja de que a proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2009 é caracterizada pelo “ilusionismo”, referindo que “essa acusação de ilusionismo não pode ser dirigida a este Orçamento, mas sim aos orçamentos de que foi responsável Manuela Ferreira Leite, enquanto ministra das Finanças”.

Nesses orçamentos, lembrou, “houve recurso aos fundos de pensões e a operações de titularização de dívidas fiscais para disfarçar o défice orçamental”.



GOVERNO QUER DUPLICAR CAMAS NA REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS

O SECRETÁRIO de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, reiterou o objectivo do Governo em chegar às 7000 camas contratualizadas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no próximo ano, duplicando assim o número actual.

“É intenção do Governo proceder ao alargamento da rede e duplicar o número de camas contratualizadas, chegando às 7000 em 2009”, disse Francisco Ramos, que presidiu no dia 3 a uma cerimónia, em Lisboa, onde se procedeu à entrega de 11 viaturas para apoio domiciliário destinadas a serem utilizadas pelas equipas locais da rede de cuidados continuados integrados, baseadas em centros de saúde da região Centro.

Francisco Ramos classificou esta entrega de viaturas como “simbólica”, sublinhando a existência de “dezenas de equipamentos de apoio domiciliário” em todo o país. “Vamos multiplicar esse número em 2009”, garantiu.

Para além das viaturas, o secretário de Estado Adjunto e da Saúde referiu a necessidade da existirem recursos humanos disponíveis na área de apoio domiciliário, nomeadamente ao nível dos cuidados de enfermagem.

O governante estimou em cerca de um milhar o número de camas actualmente contratualizadas na região Centro, admitindo embora que a RNCCI ainda não abrange todos os centros de saúde.

“Ainda não temos em todos os centros de saúde. Esse é o objectivo para 2009 em todo o país”, sustentou.

Na cerimónia, foram entregues 11 viaturas para apoio domiciliário aos directores dos centros de Saúde de Águeda e Ílhavo (Aveiro), Covilhã, Castelo Branco, São Martinho do Bispo e Santa Clara (Coimbra).

Foram ainda contemplados dois centros de saúde da cidade de Viseu, dois do distrito de Leiria (Arnaldo Sampaio e Porto de Mós) e o de Almeida, na Guarda.



Obras públicas são para prosseguir

O MINISTRO das Obras Públicas, Mário Lino, reafirmou a intenção de levar a cabo o plano de investimentos anunciado pelo Governo e acusou a líder do PSD de ter um comportamento “oscilante” e “aleatório” sobre esta matéria.

Mário Lino, que falava no dia 4 à margem da inauguração das plataformas de estacionamento do aeroporto de Lisboa, sublinhou a importância de concretizar o pacote de obras públicas anunciado pelo Executivo socialista “num momento em que o sector privado é tão afectado pela crise internacional”.

“Temos plena consciência de que o plano de investimentos que tínhamos para desenvolver ainda mais importante se torna hoje, porque num momento em que o sector privado é tão afectado pela crise internacional, o Estado tem de dar uma palavra de confiança, manter a economia a funcionar e contribuir para arranjar emprego”, disse.

E sublinhou que “o que o Governo acha que se deve fazer é transmitir uma prova de confiança, dar um exemplo de determinação” porque, frisou, caso estas obras não avancem Portugal chegará “ao fim desta crise pior do que tinha começado”.

Neste quadro, Mário Lino disse não perceber “como é que o principal partido da oposição tem um comportamento tão oscilante, tão aleatório nesta matéria”, explicando que das muitas obras que há para



fazer, o Governo seleccionou as “mais importantes”.

E lembrou que já ouviu “Manuela Ferreira Leite a dizer que não havia dinheiro para nada, depois dizer que se deviam fazer só os investimentos que não recorressem ao crédito, depois a dizer que não tem estudos e que não pode ava-

liar”. Agora, acrescentou, “ficámos a saber que o PSD passou a ser contra a expansão do metro do Porto, contra a linha de alta velocidade entre Porto e Vigo, contra as barragens”.

“Não se percebe. É uma política que oscila e todos os dias temos uma novidade”, disse ainda.

Governo aprova investimento de 100 milhões da Quimonda

VILA DO CONDE

NO ÂMBITO da aposta que vem sendo feita nas energias renováveis, o Governo aprovou um contrato de investimento da multinacional Quimonda, em Vila do Conde, e que ascenderá a cerca de 100 milhões de euros, contribuindo para o aumento das exportações e para a melhoria do saldo da balança portuguesa de produtos electrónicos.

Falando no final do Conselho de Ministros de 30 de Outubro, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, disse que o investimento da Quimonda se destinará sobretudo ao mercado externo.

“Trata-se de um projecto pioneiro em Portugal na áreas das energias renováveis que visa melhorar a eficiência das células fotovoltaicas”, refere o comunicado do Conselho de Ministros.

Ainda segundo o mesmo comunicado, o investimento em causa “representa uma forte aposta nas energias renováveis, potenciando uma maior autonomia energética de Portugal e contribuindo positivamente para a balança comercial energética do país, assim como para a meta nacional de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis em 2010”.



Ministério da Agricultura lança medidas em defesa da floresta

NO ÂMBITO do PRODER foram publicadas três portarias que vêm regulamentar um conjunto de iniciativas relevantes em relação à defesa das florestas, medidas que se juntam aos regulamentos entretanto já publicados sobre esta matéria.

Os novos regulamentos são as portarias 1137-B/2008, 1137-C/2008 e 1137-D/2208, que abordam, respectivamente, o ordenamento e recuperação de povoamentos, a minimização de riscos e a valorização ambiental dos espaços florestais.

Um dos objectivos da primeira portaria aponta para o restabelecimento do potencial de produção silvícola das áreas afectadas pela ocorrência de incêndios ou de agentes bióticos e ainda para a conservação do solo e da água, através de intervenções de estabilização após a ocorrência de um fogo.

A portaria 1137-C tem em vista a necessidade de aumentar a resistência dos espaços florestais aos incêndios, designadamente através da infra-estruturação do território.

Finalmente a terceira e última portaria sublinha o carácter público das florestas, valorizando a promoção da oferta de bens e serviços sem retorno económico proporcionados pelos ecossistemas



florestais, maximizando assim as funções ambientais e sociais.

Estas portarias surgem, na perspectiva do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, porque os espaços florestais são constantemente solicitados por múltiplas actividades de recreio e são reconhecidos pela sociedade como lugares a preservar, nomeadamente para a manutenção da diversidade biológica, da qualidade da paisagem e da protecção do solo e do regime hidrológico.

O que é o PRODER?

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao

desenvolvimento rural do continente, para o período de 2007/2013, aprovado pela Comissão Europeia, em 4 de Dezembro de 2007.

Trata-se de um programa que é co-financiado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, em aproximadamente 3,5 mil milhões de euros, e que envolve uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros.

Esta iniciativa visa designadamente aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. **R.S.A**

INSTITUÍDO PRÉMIO PARA MELHOR IDEIA SIMPLEX

A SECRETÁRIA de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, apresentou, numa sessão realizada a 29 de Outubro o prémio Ideia Simplex que pretende distinguir as três ideias mais inovadoras na área da modernização e simplificação administrativas e que sejam exequíveis.

Ao primeiro prémio serão atribuídos 2500 euros, ao segundo classificado 1500 euros e ao terceiro 1000 euros.

Nesta iniciativa poderão participar, até ao dia 30 de Novembro, todos os funcionários da Administração Pública Central, Regional e Local, através do preenchimento do formulário existente em www.simplex.pt/ideia/00_index.html.

A simplificação tem por objectivo melhorar a relação dos cidadãos com os serviços públicos, reduzir os custos de contexto das empresas no seu relacionamento com estes serviços, tornar a Administração Pública mais eficiente e, assim, tornar Portugal mais competitivo.



Código de Trabalho aprovado em votação final global

O novo Código de Trabalho foi aprovado na Assembleia da República pela maioria parlamentar socialista, depois de introduzida, em sede de especialidade, algumas alterações. O documento deverá entrar em vigor já em Janeiro de 2009.

EM REACÇÃO à atitude negativa das oposições, face à nova legislação, o deputado Jorge Strecht considerou que a mesma é absolutamente “reaccionária” por insistir, em não ver que este código “assume um carácter de absoluta necessidade para o país”.

Por outro lado, sublinhou ainda o deputado do PS, o novo código laboral é aquele que consegue ir mais longe “na protecção social e na compatibilização da vida social do trabalhador com as suas obrigações laborais”.

Mas se outras novidades e vantagens não trouxessem o novo Código de Trabalho ao mundo laboral português, defende ainda Strecht Ribeiro, basta referir, como a introdução de horários mais flexíveis, o banco de horas, o aumento preconizado da adaptabilidade das empresas, a promoção e regulação contratual colectiva, a

alteração ao regime dos despedimentos ou o reforço da efectividade da legislação laboral.

Quanto à medida referente ao chamado período experimental, que prevê um alargamento para 180 dias, considerado pelas oposições e sindicatos como excessivamente dilatado podendo ser usado, como alertaram no debate parlamentar, “de forma abusiva”, é para o deputado Strecht Ribeiro “expectável que as empresas não recorram ao contrato a prazo porque têm seis meses para despedir sem qualquer indemnização”, mas se este cenário perverso se vier a verificar como uma prática corrente, “a norma será alterada”.

Refira-se que na bancada socialista os deputados Manuel Alegre, Teresa Portugal, Eugénio Alho, Júlia Caré e Matilde Sousa Franco votaram contra o diploma. R.S.A.



Maioria socialista aprova nacionalização do BPN

A MAIORIA socialista no Parlamento aprovou no dia 5 em votação final global a proposta de lei do Governo relativa à nacionalização do BPN. Este diploma decorre da necessidade de conferir confiança aos depositantes e ao sistema financeiro nacional no momento em que foram detectadas perdas de 700 milhões de euros e apoiando o banco a enfrentar o risco de uma ruptura dos seus pagamentos. Na mesma sessão parlamentar foi também aprovado o regime jurídico das nacionalizações.

Na exposição de motivos, a proposta de lei refere que estas são “medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização da liquidez nos mercados financeiros”.

No decurso do debate na Assembleia da República sobre a nacionalização do BPN e a recapitalização do sistema financeiro, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse não saber que “interesses” é que o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, “quer proteger ao falar em falha de regulação”, estranhando ainda o facto de os deputados laranja não terem proferido “uma palavra de preocupação para com os depositantes e para com a estabilidade do sistema financeiro”.

Na sua intervenção, Teixeira dos Santos sublinhou, por outro lado, que o Banco de Portugal “adoptou os processos de contra-ordenação que tinha de adoptar e fez a denúncia à Procuradoria-Geral da República”.



De salientar que as únicas propostas de alteração à versão original do diploma foram votadas pela bancada socialista. A principal diz respeito à forma como serão decididas as

futuras nacionalizações.

Na proposta inicial estas operações deveriam revestir a forma de decreto regulamentar, no entanto, o Governo decidiu

aceitar a alteração sugerida pelo Grupo Parlamentar do PS, que define que futuras operações de nacionalização sejam decididas por decreto-lei.

Socialistas debatem gestão da água e política de ambiente

NO ÂMBITO das comemorações do Dia Nacional da Água, celebrado no passado dia 1 de Outubro, a Secção de Ambiente e Qualidade de Vida do PS promoveu no dia 29 de Outubro, na Sede Nacional, no Largo do Rato, uma sessão de esclarecimento/debate subordinada ao tema “Os Instrumentos do Estado para a Gestão da Água”.

O encontro, que contou com uma larga participação de militantes e de simpatizantes socialistas, e de diversos destacados oradores, como o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, o deputado Marcos Sá, Pedro Serra, presidente do Grupo Águas de Portugal (AdP),

Orlando Borges, presidente do INAG, e de Custódia Fernandes, em representação da Federação do PS da Área Urbana de Lisboa.

Os temas abordados foram as tarifas da água, a orla costeira, os parques naturais e ainda as barragens, entre outros ligados a toda a problemática da gestão do ambiente e da qualidade da vida.

Esta sessão iniciou-se com a visualização de uma curta-metragem sobre os 250 anos do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, seguindo-se as intervenções dos oradores e, por fim, o debate que contou com a larga participação de todos os presentes. **R.S.A.**



Câmara de Portimão baixa impostos às famílias e às empresas

A CÂMARA Municipal de Portimão consagrou um conjunto de iniciativas tendo em vista desagravar a carga fiscal às famílias e às empresas.

Medidas que passam, segundo a edilidade, pela redução dos impostos municipais e pela devolução de 5% do IRS cobrado em 2008.

Com efeito, o município de Portimão, gerido pelo socialista Manuel António da Luz, aprovou uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a isenção do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), para jovens entre os 18 e os 35 anos, aquando da aquisição de habitação própria permanente e cujo valor

não ultrapasse os 150 mil euros prevendo ainda devolver 5% do Imposto sobre Retenção na Fonte (IRS).

Esta iniciativa da autarquia de Portimão prevê a redução do IMI de 0,8% para 0,65% dos prédios antigos, e de 0,5% para 0,35% para os edifícios novos e sujeitos a avaliação.

A Câmara quer ainda devolver aos contribuintes 5% do IRS relativo ao corrente ano de 2008, ou seja, a totalidade da percentagem que caberia ao município arrecadar, e que segundo as contas da autarquia rondará os cerca de dois milhões de euros, dinheiro que a autarquia deixará de receber para ajudar as famílias e as empresas.

No total este pacote aprovado pela Câmara de Portimão com o objectivo de aliviar a carga fiscal das famílias e das empresas, representa uma quebra de cerca de 7,4 milhões de euros nos cofres da autarquia para 2009, sendo 4,4 milhões de euros referentes ao IMI, e aproximadamente um milhão de euros de IMT. O restante representa o que a Câmara não cobra referente ao IRS.

Para os responsáveis da autarquia de Portimão, as medidas agora aprovadas vão criar incentivos à compra de casa, “ajudando a dinamizar o mercado”, e a fazer frente, como acrescentam, “à grave crise económica à escala mundial que não dá mostras de abrandar”. **R.S.A.**

PS/Valongo critica desleixo no enriquecimento curricular das escolas do concelho

O DESLEIXO e o marasmo do Executivo municipal de Valongo (PSD) levaram ao atraso na implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho.

A denúncia é feita pelo PS local, num comunicado no qual o porta-voz da Concelhia socialista, Afonso Lobão, condena “a forma lamentável como o município tem tratado a questão”.

“São milhares de alunos que

aguardam que as aulas de inglês, música, expressões e actividades desportivas comecem”, referiu o dirigente do PS de Valongo, lembrando que o Ministério da Educação disponibiliza a verba de 262,50 euros anuais por aluno para tais actividades.

“Valongo é um dos poucos concelhos que não ata nem desata. Aliás, este comportamento é já recorrente, pois no ano anterior as actividades extra curriculares tiveram início somente em Janeiro”,

frisa Afonso Lobão.

Os socialistas de Valongo consideram igualmente que “a falta de dinamismo da autarquia” é ainda mais evidente perante os esforços desenvolvidos pelos vários agrupamentos escolares do concelho para que as AEC's se iniciassem ao mesmo tempo que o ano lectivo, criticando ainda a Câmara de Valongo por “não disponibilizar transporte aos alunos para a prática da natação nas piscinas sedeadas nas várias freguesias”.

PS CENSURA COMPORTAMENTO ANTIDEMOCRÁTICO DA CÂMARA DE GAIA



O PS apresentou na Assembleia Municipal de Gaia uma moção de censura à Câmara, por esta edilidade desde há 20 meses não transferir os duodécimos municipais, transferências mensais protocoladas, para cinco juntas de freguesia socialistas (Avintes, Canelas, Madalena, Olival e Oliveira do Douro), “evidenciando uma nítida discriminação político-partidária e um comportamento antidemocrático, nunca antes verificado na autarquia”.

Num comunicado assinado por João Paulo Santos, deputado municipal do PS, condena-se ainda que, “mais uma vez o presidente da Câmara, Luís Filipe Menezes, e o seu vice-presidente, Marco António Costa, não tenham marcado presença na AM”.

Mais uma vez, porque, acrescenta, “o primeiro, desde o início do seu mandato, e o segundo, desde alguns meses a esta parte, têm primado pela ausência nas AM, revelando um desrespeito total por esse órgão e por todos os membros do mesmo”.

Por outro lado, acusa o PS, “o Grupo Parlamentar da maioria PSD/PP, não tendo argumentos válidos e sustentáveis para contestar a evidente discriminação de que as referidas juntas de freguesia socialistas têm sido alvo, procurou desviar as atenções, alegando que o PS, censurando a Câmara apenas pela questão da não transferência dos duodécimos para as juntas em questão, estava de acordo, com a actuação que tem sido adoptada pela mesma, em todas as outras matérias”.

Ora, sustentam os socialistas, “o alegado pela maioria PSD/PP é falacioso e inconsistente, uma vez que, embora, para o PS existissem, e existam, várias matérias em que a edilidade é merecedora de censura, a moção de censura em questão tinha como único objectivo censurar o comportamento discriminatório e antidemocrático da câmara em relação às cinco mencionadas juntas de freguesia do PS”.

OPINIÃO



CELSE GUEDES DE CARVALHO
celso.guedes.carvalho@gmail.com

O Distrito do Porto tem projectos e atitudes vencedoras e que, com as estratégias correctas, será possível torná-lo um exemplo para Portugal

ACREDITAR NO NORTE - III

COM este artigo dou por terminada uma análise às empresas e organizações do Distrito do Porto que, pela sua capacidade de resistência, evolução, conhecimento e pro-actividade se destacam no mercado nacional e internacional.

São 60 casos de sucesso que fui observando ao longo dos últimos dois anos e que, com manifesto orgulho, partilhei em duas anteriores edições do Acção Socialista (ver n.º 1305 de 13/05/08 e n.º 1307 de 11/06/08). O objectivo? Demonstrar que o Distrito do Porto tem projectos e atitudes vencedoras e que, com as estratégias correctas, será possível torná-lo um exemplo para Portugal.

Estes são os últimos 20 casos de sucesso:

- M.A.R. Kayaks: líder mundial na produção de kayaks de alta competição (marca Nelo), líder mundial no fabrico de produtos compósitos para desporto, 98 % é exportação;
- Nonius Software: tem o apoio da ESA (Agência Espacial Europeia) e desenvolve com esta o projecto WG StarGate que visa criar uma forma de acesso à Web por satélite;
- OPT: pioneira em Portugal no desenvolvimento de projectos de I&D no âmbito do planeamento operacional de transportes (SMSBUS, GESBUS, BusMap, e o GIST);
- Parfois: líder no sector de acessórios de moda, 98 lojas no nosso país e 38 por esse mundo fora em países como Arábia Saudita, Dubai, Miami ou Chipre;
- Porto de Leixões: o mais competitivo porto nacional e uma referencia na Europa;
- Porto Editora: facturação consolidada de 50 milhões de euros, lidera projectos como a Diciopédia, Escola Virtual, Infomédia, Educare, NetProf e a livraria on-line Webboom.
- Qimonda: maior fábrica europeia de montagem e teste de produtos de memórias, 1700 trabalhadores, liderou as exportações nacionais em 2007;
- RAR: tem um volume de negócios de 612 milhões euros, empregam aproximadamente 2600 pessoas em Portugal, Alemanha, Espanha, Polónia e Reino Unido;
- Ramirez: 5 gerações, 3 séculos de História, produzem e comercializam mais de 40 produtos diferentes, líderes na Bélgica, forte implementação na Rússia, na Grécia e na Alemanha.
- Real Games: criou o ITS PLC, um software concebido para o ensino e treino da programação de PLC com gráficos 3D em tempo-real, física, som e total interactividade;
- Salvador Caetano: tem um turnover superior a 1.5 bilião de Euros, é responsável por mais de 6.000 postos de trabalho, a sua actividade económica está focada na importação, fabrico e gestão da marca Toyota, têm o objectivo de ser líder ibérico no retalho multimarca;
- SEEGNAL Research, Lda: desenvolveu o MasterPitch, um assistente inovador para apoio no tratamento da gaguez, ou no controlo da tonalidade da voz;
- Soares da Costa: 2/3 das vendas são no exterior. Têm delegações e contratos na Venezuela, Guiana, Cabo Verde, Angola, Zaire, Moçambique, Egipto, Macau, Angola e EUA;
- SOGRAPE: líder do sector no mercado nacional, 3.ª maior vinícola da península ibérica, 18 marcas e presença em 120 países;
- SONAE: maior grupo privado português, opera em 7 países, com um volume de negócios consolidado que ronda os 4,384 milhões de euros;
- Sonae Indústria: líder mundial no mercado dos derivados de madeira, 34 fábricas em 9 países, em 2007 os lucros cresceram 143% e as vendas 22%, tem 580 hectares de floresta;
- Sonae Sierra: é líder europeu na criação e gestão de centros comerciais, líder da península ibérica em número de contractos com lojistas;
- Throtleman: marca que mais vende por metro quadrado em Portugal;
- UNICER: líder de mercado com 47% da quota de mercado em valor, só da marca Super Bock regista na ordem dos 226 milhões de euros/ano;
- Velpor: 3.ª maior empresa de tecidos tridimensionais na Europa;

Onde outros verificam fraquezas há quem veja oportunidades. Definitivamente é isto que temos de fazer com os problemas do Distrito do Porto e transformar este ciclo vicioso num círculo virtuoso.

“Que o nosso esforço vença todas as impossibilidades, pois as grandes proezas da história foram conquista do que parecia impossível”

Vereador do PS quer potenciar capacidade turística de Oeiras

J. C. CASTELO BRANCO

DEFINIR um conjunto de estratégias e acções que visem “compatibilizar o desenvolvimento de infra-estruturas, equipamentos, serviços e acessibilidades, permitindo alavancar o turismo ao nível de uma oferta qualificada e diversificada” é o objectivo do Plano Estratégico de Turismo de Oeiras (PETO) elaborado pelo vereador socialista Carlos Oliveira, que pretende duplicar o número de camas nos próximos cinco anos e criar 12 novas unidades hoteleiras.

Segundo referiu Carlos Oliveira ao “Acção Socialista”, é partindo da “consciência generalizada de que o turismo é um eixo estruturante de desenvolvimento da economia nacional e local – pelas receitas que proporciona, pela mão-de-obra que ocupa e pelos efeitos multiplicadores que induz em várias áreas, que esta actividade se assume, cada vez mais, como uma opção estratégica de desenvolvimento do país e, consequentemente, de Oeiras”.

E adiantou que é neste sentido que será elaborado o PETO, que “definirá os objectivos e as acções a empreender no concelho, visando o crescimento como destino turístico e impondo uma nova centralidade a Oeiras”. Sublinhando a este propósito o facto do município estar inserido “na Área Metropolitana de Lisboa (AML), que se reveste já de uma forte captação turística, necessitando de uma estratégia que im-



ponha Oeiras como destino capaz de atrair visitantes, aproveitando a dinâmica já criada na AML”.

Por outro lado, o vereador do Turismo destacou a dimensão que Oeiras já adquiriu como ponto turístico de negócios, que disse ser fruto de “uma estratégia de desenvolvimento municipal em que a aposta se refere à mudança de orientações para o sector económico, no sentido da terciarização qualificada, com especial incidência nas actividades ligadas à ciência e tecnologia e às novas tecnologias de informação e comunicação”.

É por isto, adiantou, “um produto turístico com grandes possibilidades futuras para o concelho de Oeiras, quer pelo facto de no seu território estarem instalados o TagusPark, Lagoas Park, Quinta da Fonte, Arquiparque, entre outros, acolhendo nestes e noutros locais grandes empresas nacionais e multinacionais, quer pela sua localização estratégica face a Lisboa e a Cascais/Estoril,

quer ainda pela existência de equipamentos de grande qualidade e com serviços integrados”.

Para Carlos Oliveira, embora Oeiras já tenha dado “passos significativos nesta área”, foi a pensar “num território de excelência, capaz de continuar a crescer na sua atractividade que o município entendeu ser fundamental uma forte aposta no apoio à actividade empresarial, lançando os projectos para um centro de congressos para 4000 pessoas, que poderá atender a um grande número de eventos internacionais e nacionais, que já não cabem na programação da actual oferta, e um pavilhão multiusos com uma capacidade para cerca de 8000 lugares”.

Estes projectos, segundo o vereador do PS, “serão uma realidade em 2011, fruto de uma parceria público-privada que está já em funcionamento”.

Mas, adiantou que, paralelamente, a edilidade vai “promover ou apoiar o crescimento hoteleiro, estando já previstos uma série de projectos que contribuirão com mais cerca de 2200 camas, duplicando assim, no espaço de cinco anos, a oferta existente no concelho”.

A título de exemplo, Carlos Oliveira apontou os projectos do Palácio dos Arcos, que será reconvertido num hotel de charme com cerca de 75 quartos, ou do Alto da Boa Viagem, que tem previsto um hotel de cinco estrelas com cerca de 350 quartos.

PS/Évora saúda novo Hospital Central

OS SOCIALISTAS do Alto Alentejo congratulam-se pela concretização do novo Hospital Central de Évora, considerando ser esta mais uma das grandes obras do pós-25 de Abril com a marca do PS.

“Com o PS no Governo todos os grandes projectos se tornam realidade. Com o PSD foi a estagnação e o abandono”, lê-se numa nota à Comunicação Social divulgada pelo Gabinete de Imprensa da Federação de Évora, na qual se faz também referência ao empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e ao Hospital do Patrocínio.

“Todos estes grandes projectos tiveram anos de promessas e indefinições, poucos avanços e muitos recuos”, recordam os camaradas alentejanos, sustentando que os desgovernos laranja já tiveram efeitos práticos no distrito ao verificar-se que o PSD “não consegue eleger nem um deputado” neste círculo eleitoral.

“Aliás, com a peregrina tese da presidente do PSD de que as grandes obras são para parar ou adiar, não é difícil adivinhar o que seria deste empreendimento para o bem-estar dos alentejanos com esse partido no



poder”, observam os socialistas, para de seguida criticar e refutar recentes declarações do líder da bancada parlamentar laranja segundo as quais o novo Hospital Central de Évora avançou porque os deputados do PSD se reuniram nesta cidade.

Recordam igualmente que esta unidade hospitalar distrital foi a principal reivindicação dos candidatos do PS pelo círculo eleitoral de Évora nas últimas eleições legislativas, tal como o Alqueva e o Patrocínio foram “duas grandes bandeiras

da candidatura socialista no tempo de António Guterres”.

Saudando “todos os que lutaram ao longo destes anos” pela concretização destas obras, o PS/Évora dá os parabéns especialmente ao Governo liderado por José Sócrates e ao Executivo municipal chefiado por José Ernesto por desbloquearem a construção do novo Hospital Central de Évora.

“Eles não se ficam por reuniões. Eles fazem enquanto outros só falam”, rematam. M.R.

Clube A Linha debateu evolução do pensamento socialista

A plena actualidade do socialismo e as suas perspectivas futuras foi a ideia central da intervenção do dirigente do PS e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, no colóquio promovido pelo Clube de Reflexão Política A Linha, no dia 30 de Outubro, subordinado ao tema "Socialismo no século XXI: correntes em análise", que contou também com a participação de Carlos Leone, ensaísta e professor universitário.

CORRESPONDENDO ao repto lançado por João Santos, o moderador do colóquio, os dois professores universitários propuseram a uma sala cheia de um público interessado uma reflexão centrada na pluralidade de leituras acerca dos socialismos e das vias para a sua realização no tempo histórico que se avizinha.

Augusto Santos Silva começou por fazer uma análise da evolução do pensamento socialista desde o século XIX para acentuar a sua plena actualidade e as potencialidades futuras, referindo sete aspectos que considerou constituírem contributos incontornáveis do socialismo democrático no século XX.

Em primeiro lugar, sublinhou, "uma absoluta radicalidade na defesa da democracia enquanto valor essencial que não deve ser sujeito a classificações valorativas tendentes a condicionar a sua centralidade em qualquer projecto de natureza socialista".

Em segundo lugar, referiu-se a toda a evolução teórica e prática resultante da entrada da social-democracia para o Governo da Suécia em 1917.

Em terceiro lugar, apontou o facto de que "ser progressista hoje significa pugnar pela redução ao

mínimo da normatividade condicionadora da vida individual dos cidadãos".

Em quarto lugar, o dirigente do PS defendeu a "intransigência" na defesa do papel estratégico do Estado enquanto "garante do interesse comum", numa reactualização política "que não pode fazer-se apenas com o incremento das funções de regulação desse Estado".

Já "o compromisso constante com a inovação em múltiplos domínios, científico, económico, tecnológico, educativo, social, numa perspectiva de garantida difusão dessa inovação a todos, constitui, na perspectiva de Augusto Santos Silva, o quinto traço do pensamento socialista afirmado no século XX.

Na sua intervenção, referiu que o sexto contributo decorre da "necessidade de uma aposta constante nos domínios que efectivamente promovem a mudança, nomeadamente no sentido de um Estado capacitador dos cidadãos". Isto é, explicou Santos Silva, "numa dinâmica social que vá para além do propiciar de igualdade de oportunidades", daqui decorrendo a necessidade de que "as políticas sociais combinem a universalidade com a equidade, por forma que



a integração entre classes médias e populares seja dinamizada com acções de protecção e de diferenciação positiva".

Serviços públicos de qualidade

Por último, o ministro dos Assuntos Parlamentares salientou que o sétimo aspecto constitutivo do pensamento socialista emergente do século XX "é a grande exigência com o serviço público, para que este se pautar por elevados padrões de qualidade".

Complementarmente a estes sete aspectos, que considerou serem as mais importantes aquisições do socialismo no século XX, apontou também cinco traços que lhe parecem poder constituir escolhos na afirmação do socialismo no Século XXI.

Desde logo, referiu, o "conservadorismo" enquanto medo ao risco e à incerteza que são próprios de qualquer processo de mudança.

Este, sublinhou, é um dos factores que "condicionam parte do pensamento da esquerda".

A "ambiguidade", frisou, constitui um segundo elemento que deve ser evitado, já que, considerou, "a clareza de posições e a frontalidade no diálogo" são aspectos indispensáveis à afirmação das diversas correntes do socialismo".

Já a "retórica" enquanto expressão de "um discurso meramente proclamatório" é também segundo Santos Silva, "um traço prejudicial que repetidas vezes se consubstancia na crítica às dificuldades e às limitações sem apresentação de qualquer alternativa ou contribuição para a superação dos problemas e para a evolução social".

O quarto aspecto que, na opinião do dirigente nacional do PS, as correntes socialistas devem evitar é a "deriva paternalista" em que quaisquer uns "se considerem detentores da verdade absoluta, quiçá ungidos de qualidades messiânicas".

Finalmente, a "incompreensão de que o socialismo só é alcançável numa dimensão europeia" constitui um quinto escolho que importa ultrapassar, disse.

Primado da liberdade no projecto socialista

Por sua vez, Carlos Leone, professor convidado da Universidade Nova e militante do PS, por seu turno, abordou diversos aspectos relacionados com a dimensão ética da política e com o primado da liberdade no projecto socialista.

Referiu o contributo do pensamento de Mário Sottomayor Cardia para a conceptualização do socialismo no século XXI, e questionou a ambiguidade das posições de quem proclama o somatório de esquerdas sem a prévia clarificação de propósitos e projectos.

Na sua intervenção, Carlos Leone fez uma crítica do que afirmou ser "o socialismo dogmático, prisioneiro de preconceitos e soluções anquilosadas", assim como do "socialismo distópico", isto é "daquele que nada propõe para além da fraseologia vazia descarnada de qualquer projecto consistente".

A excelência das intervenções dos dois oradores proporcionou um debate aberto com assistência que se prolongou durante algumas horas.

O Clube de Política A Linha propõe-se prosseguir com iniciativas diversas de reflexão e de diálogo, com o objectivo de alargar o espaço de participação e de cidadania para todos quantos ambicionam a construção de um futuro de maior justiça e liberdade.

Sócrates considera vitória de Obama oportunidade de mudança para o mundo

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, felicitou Barack Obama pela sua vitória nas presidenciais norte-americanas, considerando que a sua eleição constitui "uma oportunidade de mudança para os Estados Unidos e para o mundo" e "um momento histórico".

Na sua mensagem, o primeiro-ministro afirma ainda que a eleição de Barack Obama "representa também a possibilidade de um novo ciclo de relacionamento entre os Estados Unidos e a Europa ao serviço da paz, da cooperação entre os povos e de uma globalização mais justa e regulada".

PS felicita Obama

O PS, através do seu porta-voz Vitalino Canas, congratulou-se com a vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais norte-americanas, considerando-a importante



para um "conjunto de ideais e de valores com os quais o PS se identifica".

O porta-voz do PS sublinhou que a inclinação do partido "foi sempre de apoio ao candidato democrata" por entender que "independentemente da sua importância para os EUA" a sua eleição é "importante" e de "interesse mundial".

"Consideramos que Barack Obama tem capacidade de exercer uma acção política muito mais perto daquilo que entendemos que é importante para o equilíbrio global, para a resolução dos problemas globais em termos justos", acrescentou.

Barack Obama entra para a história ao vencer as eleições e ao tornar-se no primeiro negro a alcançar o cargo de Presidente dos Estados Unidos da América, enquanto os democratas aumentaram ainda as suas maiorias tanto no Senado como na Câmara dos Representantes.

Carlos César satisfeito com eleição

Também o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, manifestou satisfação pela eleição de Obama para a presidência dos Estados Unidos, referindo que "será certamente mais sensível do que foi Bush" face aos problemas dos imigrantes.

Carlos César destacou "o capital de inovação positiva que representa para o mundo" a eleição de Obama e salientou ser "muito importante" para os americanos, onde se incluem centenas de milhar de portugueses de primeira e segunda geração, e em particular os originários dos Açores. César disse a este propósito esperar "uma mudança nas políticas internas que beneficie" os portugueses emigrados na América.

13º mês de abono de família alargado a todas as famílias

O DECRETO-LEI que alarga o 13º mês de abono de família a todos os beneficiários desta prestação social foi aprovado na generalidade pelo Conselho de Ministros de 30 de Outubro, uma medida que abrange 780 mil crianças e jovens e representa 20 milhões de euros.

O diploma define também uma nova forma de contabilização dos rendimentos dos trabalhadores independentes mais favorável para atribuição das prestações familiares, permitindo abranger mais 50 mil crianças e jovens, o qual está orçamentado em 25 milhões de euros.

As estimativas de encargos para o Estado foram avançadas em conferência de Imprensa pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, que afirmou que “este diploma estabelece alterações significativas no domínio das prestações familiares. Além de incorporar as medidas já adoptadas ao longo dos dois últimos anos de apoio a crianças e jovens, o decreto concretiza o alargamento da 13ª prestação para todos os beneficiários do abono de família, atingindo



780 mil crianças e jovens”.

Ainda segundo referiu Vieira da Silva, o diploma altera o tratamen-

to dos rendimentos dos trabalhadores independentes para efeitos de atribuição do abono de família,

determinando que o rendimento relevante para efeitos de prestações familiares passa a ser o que é conta-

bilizado para efeitos fiscais.

Até agora, explicou, “a lei determinava que o rendimento contabilizado se referia aos proveitos da actividade de trabalhador independente. Quando este diploma entrar em vigor, passará a ser contabilizado uma parcela desses proveitos, correspondente a 70% dos serviços prestados ou a 20% do valor das vendas de produtos e bens”.

O ministro do Trabalho salientou também que esta mudança se traduzirá “numa redução do rendimento que é contabilizado para efeitos de atribuição e enquadramento nos escalões de abono de família”, acrescentando que “vamos beneficiar crianças e jovens que vivem em famílias em que o rendimento de actividades independentes tem um peso significativo”.

Recorde-se que o 13º mês do abono de família destina-se a compensar as despesas de educação no início do ano lectivo, não se justificando, por isso, segundo o Governo, por razões de equidade e de justiça social que os restantes beneficiários não usufruíssem deste apoio.

AJUDAR OS JOVENS A GERIR MELHOR AS FINANÇAS PESSOAIS

FOMENTAR a literacia financeira e auxiliar os jovens na gestão das suas finanças pessoais, sensibilizando-os também para as temáticas da defesa do consumidor, são os objectivos centrais do programa “E-Gerir” e da segunda edição do concurso “Jovem Consumidor Responsável”, lançados, no passado dia 5 de Novembro, no salão Nobre do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Os protocolos referentes a estas duas iniciativas, que foram apresentadas pelo secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, foram assinados pela presidente do Instituto Português da Juventude, Helena Alves, pelo director-geral do Consumidor, José Manuel Ribeiro, pelo presidente da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, Luís Filipe, e pelo vice-presidente do Conselho Directivo do ISEG, José Manuel Matos Passos.

Refira-se que o “E-Gerir”, em breve disponível através do Portal da Juventude (juventude.gov.pt, no link <http://juventude.gov.pt/portal/e-gerir>), é uma ferramenta que se rege pelo princípio de que é necessário educar os jovens para o consumo responsável, ensinando-os e dando-lhes instrumentos que lhes permitam definir, planear e conceber o futuro, ajudando-os a tomar decisões mais conscientes.

Assim, para além de um conjunto de explicações sobre o orçamento pessoal – mediante um plano de gestão de rendimentos e despesas – o “E-Gerir” vai igualmente ensinar os jovens a classificarem e ponderarem gastos, ao mesmo tempo que permitirá descarregar um programa simples onde se pode efectuar a contabilização das receitas e despesas, promovendo automaticamente os necessários cálculos.

Por sua vez, a segunda edição do concurso “Consumidor Jovem Responsável”, uma parceria entre o Instituto Português da Juventude e a Direcção Geral do Consumidor, tem um carácter inovador e âmbito nacional.

Este concurso é dirigido a projectos de associações de jovens inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), visando estimular o interesse dos jovens por temas ligados à defesa do consumidor, tendo sido elaborado de modo a promover a candidatura de associações de todos os distritos.

No âmbito do segundo “Consumidor Jovem Responsável” serão atribuídos dois prémios no valor de dois mil euros cada um ao projecto vencedor de cada distrito e ao projecto nacional que mais se destaque.

Pagamento de dívidas do Estado às empresas será mais rápido

O GOVERNO vai disponibilizar cerca de 2450 milhões de euros para pagar, a curto e médio prazos, as dívidas da administração central, regional e local às empresas.

Esta é a principal das três medidas aprovadas na reunião extraordinária do Conselho de Ministros de 2 de Novembro e fundamentadas na necessidade de reforçar os mecanismos de financiamento da actividade económica, especialmente para as pequenas e médias empresas (PME).

Em conferência de Imprensa, o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, anunciou também que ia propor à Assembleia da República a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) e um plano para o reforço da capitalização dos bancos, matérias que, entretanto, foram já apreciadas e aprovadas no Parlamento.

Relativamente à implementação do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, prevê-se uma continuação da redução dos prazos de pagamento a fornecedores privados por entidades públicas.

O Executivo liderado por José Sócrates mostra com esta medida que é sensível aos problemas criados às PME pelos dilatados prazos de pagamento praticados por servi-

ços e organismos da Administração Pública e ao seu efeito de arrastamento sobre o resto da economia, que é actualmente agravado pela crise económica mundial.

O programa, recolhendo os frutos do trabalho previamente desenvolvido no âmbito da iniciativa “Pagar a Tempo e Horas”, contribui, assim, para a melhoria do ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transacção.

Para executá-lo será criado um balcão único de regularização de todas as dívidas vencidas da administração central, regiões autónomas e municípios, abrangendo todos os sectores de actividade que fornecem bens e serviços às entidades públicas.

“O Ministério das Finanças e da Administração Pública assegurará a criação de um balcão único, junto do qual os credores privados poderão solicitar o pagamento das dívidas vencidas”, explica o Ministério das Finanças, em comunicado.

No caso da linha de financiamento das regiões autónomas e municípios, de médio e longo prazo, o Executivo socialista vai ainda definir “os mecanismos contratuais necessários para disponibilizar aos credores privados uma garantia de pagamento dos

seus créditos vencidos”.

O pagamento das dívidas vencidas dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) serão realizados nos próximos três meses, conforme adiantou Teixeira dos Santos.

No caso específico das unidades de saúde, o Governo determinou “a reestruturação do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS”, para agilizar os pagamentos devidos aos fornecedores pelas instituições e serviços deste sector.

Refira-se que a linha de financiamento para as regiões autónomas e municípios deverá funcionar nos mesmos termos do “Pagar a Tempo e Horas”.

Através do seu porta-voz, Vitalino Canas, o PS acolheu com agrado as medidas anunciadas pelo ministro das Finanças, considerando que elas revelam que “o Executivo não hesita quando está em causa a estabilidade da economia nacional, do sistema financeiro e a protecção dos depositantes”.

“São medidas necessárias e demonstram que o Governo continua na linha do que anunciou: proteger os depositantes, e garantir a estabilidade do sistema financeiro e da economia” face à crise financeira internacional.

Ministério da Justiça avança com a criação de mais cinco Julgados de Paz

O MINISTRO da Justiça, Alberto Costa, assinou na passada semana, cinco protocolos de criação de novos Julgados de Paz. Estas iniciativas são consequentes com a apresentação em Julho de 2007 do Plano de Desenvolvimento da Rede dos Julgados de Paz.

Com a implementação destes novos equipamentos, o número de concelhos abrangidos passa de 43 para 59 e o universo de pessoas servidas por este meio alternativo de litígios aumenta de cerca de dois milhões e 700 mil habitantes para mais de três milhões, que a partir de agora podem passar a usufruir de um mecanismo mais rápido, mais barato e sobretudo mais simples de resolverem os seus conflitos.

Com efeito, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça, com a inauguração destes novos Julgados de Paz, mais de 3,2 milhões de habitantes vão poder beneficiar destes equipamentos.

Os protocolos assinados vão permitir a criação de cinco novos agrupamentos de Julgados de Paz que vão beneficiar as populações dos seguintes concelhos: Alcobça, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Belmonte, Covilhã, Fundão, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Cascais.

Segundo o Governo, estes tribunais especiais constituem um passo em frente na modernização da Justiça em Portugal, tornando a resolução dos conflitos mais célere, nomeadamente porque introduz factores novos como a permissão da participação activa das partes e uma tramitação processual bastante mais simplificada e a custos reduzidos, sem prejuízo, todavia, da salvaguarda dos direitos e garantias processuais.

Um projecto de futuro

Os Julgados de Paz visam a



criação e promoção de novas formas de resolução de conflitos através da criação de modelos agilizados e eficazes de administração da justiça caracterizados pela proximidade com os cidadãos.

Existem actualmente 18 Julgados de Paz em funcionamento, abrangendo 35 concelhos e servindo uma população de mais de dois milhões e 800 mil habitantes.

Até ao final do corrente ano de 2008, garante o Ministério da Justiça, serão inaugurados novos Julgados de Paz nos concelhos de Trancoso, Aguiar da Beira, Sátão, Vila Nova de Paiva, Penalva do Castelo, Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola e Ourique.

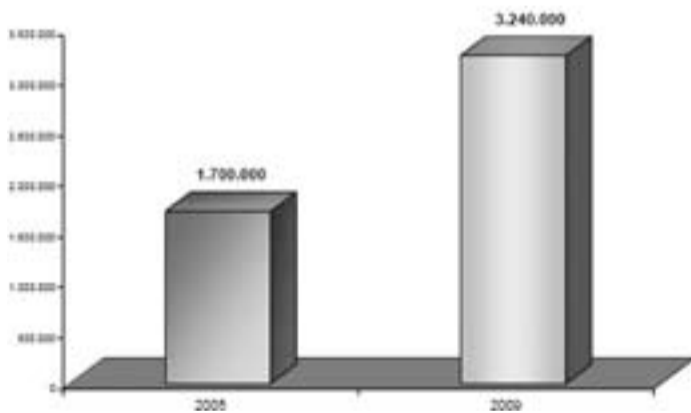
Desde a data em que iniciou funções, em 2005, o Governo so-

cialista duplicou a rede dos Julgados de Paz.

O êxito desta iniciativa está hoje mais do que demonstrado nomeadamente através dos números que apontam para que desde o início do projecto e até ao final do passado mês de Setembro, os diversos Julgados de Paz implantados de norte a sul do país, já tenham apreciado e resolvido mais de 22600 processos.

Recorde-se que os Julgados de Paz resultam de uma parceria público/pública, estabelecida entre o Governo e as autarquias locais, e perfazem um conjunto de tribunais com características especiais, competentes para resolver algumas causas de natureza cível, possibilitando aos cidadãos a resolução do conflito através da mediação e/ou da via judicial. **R.S.A.**

DE 1.700.000 PESSOAS SERVIDAS EM 2005 PARA MAIS DE 3.240.000 DE PESSOAS SERVIDAS EM 2009



PS/PORTO SOLIDÁRIO COM MINISTRA DA EDUCAÇÃO

FACE aos "lamentáveis acontecimentos de insulto e injúria" à ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, ocorridos no passado dia 11, em Fafe, o PS/Porto emitiu um comunicado no qual repudia "veementemente tais comportamentos, inaceitáveis numa democracia madura".

A Federação do Porto sublinha que "a avaliação é uma prática

generalizada em Portugal e nos países europeus e não pode haver privilégios de classes que por motivações corporativas querem manter-se fora dum processo de avaliação assumido entre os sindicatos e o Governo".

Lembrando que "o Governo honrou o compromisso assinado livremente em Abril passado com as estruturas sindicais", os socia-

listas do Porto defendem que "o que se exige hoje, de todos, é que cumpram esse compromisso".

No comunicado assinado por Renato Sampaio, o PS/Porto manifesta assim "toda a solidariedade à ministra da Educação e exorta-a a prosseguir o caminho das reformas no sentido de um ensino melhor a bem do futuro de Portugal e dos portugueses".

OPINIÃO



ALDEIRA PINHO
Deputada do PS; Presidente do DFMS/Algarve

O PS é o partido que maior contributo tem dado na valorização do papel da Mulher, quer na sociedade quer no desempenho da actividade política

A DINÂMICA DO PS NO ALGARVE

CARAS amigas e amigos,

A igualdade de direitos e oportunidades para Mulheres e Homens constitui, hoje, um requisito da Justiça e da Democracia, valores fundamentais da sociedade em que vivemos.

Mulheres e homens têm o direito de contribuir com as suas capacidades e talentos, com o seu trabalho e saberes em efectiva igualdade de oportunidades.

De facto a realidade dos nossos dias retirou fundamento às concepções que atribuem a Mulheres e Homens papéis distintos e estanques.

Não há, pois, justificação para que, tanto às Mulheres como aos Homens, não seja pacificamente reconhecido o direito que têm a que nenhum dos "mundos" (público, social e político) lhes seja estranho e hostil.

Porquê reivindicar que haja mais mulheres ou tantas mulheres quanto homens no poder político?

Podia responder, simplesmente, porque as mulheres são mais de metade da população. Mas esta não é uma questão individual, é uma questão da sociedade...

Apesar de muito ter sido feito nos últimos 33 anos é sobretudo no campo da participação política, nos cargos de direcção e na participação nos processos de decisão que o problema da sub representação feminina tem vindo a registar uma evolução mais lenta face a outros sectores da sociedade portuguesa, e em particular no exercício de cargos políticos.

Nós "os políticos" não podemos continuar a ficar indiferentes a esta situação, nem tão pouco deixar de pensar que o problema pode também estar na forma como fazemos política.

É um facto que muitas declarações e proclamações de dirigentes partidários têm apelado a uma maior participação das Mulheres. É também verdade que o PS é o partido que maior contributo tem dado na valorização do papel da Mulher, quer na sociedade quer no desempenho da actividade política.

É importante referir que no Algarve tem sido feito um trabalho relevante no sentido de trazer mais Mulheres a aderirem ao PS, criando condições/ espaços para um maior trabalho político, responsabilidade e visibilidade. Saliento o empenho de muitos Presidentes de Concelhia, do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas e do Presidente da Federação, que deram um bom contributo para que hoje, apesar de todos os constrangimentos, a participação das Mulheres na política activa do Partido seja uma realidade com expressão significativa, no Algarve.

Quero aqui dirigir uma palavra especial ao nosso camarada Miguel Freitas, presidente da Federação do PS/Algarve – um grande dirigente político, com uma liderança forte, mobilizadora e motivadora das (os) socialistas, que sabe bem o que quer para o Algarve, um acérrimo defensor de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre géneros, um acérrimo defensor da partilha do trabalho e responsabilidade política entre Mulheres e Homens – Enfim, um político com coragem que, no passado dia 8 de Novembro, apresentou ao Congresso Federativo listas para os Órgãos do PS/Algarve, nomeadamente para a Comissão Política, assumindo a verdadeira paridade entre socialistas – 50% de Mulheres e 50% de Homens.

Hoje, as Mulheres e Homens socialistas do Algarve têm mais condições para partilharem responsabilidades na esfera social, económica e política e na participação do processo de decisão, sem dúvida uma condição indispensável ao reforço da democracia e o garante de uma Região e de um País mais desenvolvido – Uma Sociedade Mais Justa, Mais Solidária e Mais Igualitária.

Parabéns ao Miguel Freitas – Pte da Federação do PS/Algarve!

Parabéns a todas as Mulheres e a todos os Homens Socialistas do Algarve!

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

LIÇÕES DA CRISE

A CRISE financeira e económica que está a ser vivida à escala planetária, sendo uma fonte de desafios e de preocupações para as pessoas e para os governos, é também um interessante laboratório de aprendizagem, de destruição de ideias feitas e de oportunidade para o surgimento de novas narrativas e novos programas políticos mobilizadores.

A supremacia da economia quantitativa e tecnocrática, plasmada em modelos matemáticos complexos e centrados nos números e não nas pessoas, cedeu o passo ao regresso da economia política na qual terão que ser as pessoas com as suas atitudes, decisões e comportamentos a inverter a lógica de crise e a transformar a ameaça em oportunidade.

Neste novo contexto é reconfortante saber

“Portugal tem vindo a mostrar uma inesperada resiliência à crise contrariando os cenários catastrofistas de muitos “oráculos” da desgraça”

que a Europa antecipou há alguns anos com a definição da Estratégia de Lisboa a aplicação dum quadro de intervenção focado nas pessoas e no conhecimento e que Portugal levou ainda mais longe a aposta com a concretização do movimento de modernização e qualificação induzido pelo Plano Tecnológico.

Não foi por isso por acaso que não obstante ter sido apanhada pela crise em pleno impasse institucional, tenha sido a Europa a dar a resposta mais consistente ao “tsunami” que ameaça destruir pedra sobre pedra o modelo especulativo que prevaleceu nas últimas décadas nos mercados financeiros. E também não é por acaso, que não obstante todas as dificuldades, Portugal tenha vindo a mostrar uma inesperada resiliência à crise contrariando os cenários catastrofistas de muitos “oráculos” da desgraça.

Este sucesso relativo perante a crise não é um convite à inércia ou a auto satisfação. Pelo contrário, exige acção forte e ainda mais determinada. Quem sabe não pode alegar que ignora. Quem se faz ao mar em busca de novos horizontes não pode hesitar perante o primeiro Adamastor!

Complemento Solidário já chega a mais de 160 mil idosos

SÃO já mais de 160 mil os beneficiários em todo o país do Complemento Solidário para Idosos (CSI), anunciou, em Évora, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva.

Numa acção de divulgação do CSI, realizada na freguesia rural de Canaviais, distrito de Évora, o ministro adiantou que o número de beneficiários no distrito de Évora já ultrapassa os quatro mil.

“Isto não é uma esmola, é um direito que as pessoas têm”, sublinhou Vieira da Silva, apelando aos potenciais beneficiários desta prestação social para se candidatarem ao apoio.

Segundo os dados divulgados pelo ministro do Trabalho, o número de beneficiários do CSI em todo o país atinge os 162.624, o que representa uma taxa de incidência de 9%, de entre o universo de pessoas com mais de 65 anos.

No distrito de Évora, segundo Vieira da Silva, o CSI já é atribuído a 4180 pessoas, numa taxa de incidência de 10%.

Reconhecendo que “há muita gente que ainda não conhece este complemento”, o ministro defendeu a necessidade de realização de sessões de divulgação do CSI para que “a informação chegue a



todos os que precisam dela”.

“O CSI já chega a 160 mil pessoas. Quer dizer que é possível chegar lá e há quem precise dele”, realçou.

Vieira da Silva salientou também a “justiça” de o complemento “não ser igual para todos” e de “ser mais para quem precisa mais”.

Reforço da fiscalização do RSI

À margem da sessão de escla-

recimento, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social atribuiu ao reforço das acções de fiscalização o aumento das irregularidades detectadas, nos últimos quatro anos, na concessão do Rendimento Social de Inserção (RSI).

“Reforçamos a fiscalização em 50%”, ou seja, explicou, “onde se faziam dez acções, agora fazem-se 15, onde se faziam 100 agora fazem-se 150”.

Por isso, acrescentou, em consequência desse reforço “tam-

bém se detectam mais situações de irregularidade”.

Estas prestações, disse, “são muito importantes para quem as recebe”, salientando que, ao mesmo tempo, “também é muito importante que todos percebam que elas são justas, que só as recebe quem delas necessita”, pelo que se justifica o reforço da fiscalização.

“Este é o dinheiro de todos os portugueses e um dinheiro de solidariedade e, por isso, deve ser bem aplicado”, realçou.

Três novas linhas de crédito para as PME

AS PEQUENAS e médias empresas (PME) portuguesas vão poder contar com mais 1,4 mil milhões de euros distribuídos por três novas linhas de crédito bonificado.

O anúncio foi feito no dia 11 pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na conferência de Imprensa que encerrou uma ronda de reuniões com empresários, que decorreu no Europarque, em Santa Maria da Feira.

Segundo referiu Sócrates, “o Governo está preocupado com as empresas e tudo fará para as ajudar a enfrentar as dificuldades”, sublinhando que as linhas de crédito anunciadas têm o “objectivo muito claro

de proteger as empresas neste momento difícil”.

Estas linhas de crédito, acrescentou, “são a melhor forma de resolver o problema do acesso ao crédito, que é o principal problema que enfrentam as empresas”.

As linhas de crédito incluem 200 milhões de euros para as microempresas, 200 milhões para as pequenas empresas, 500 milhões para o sector exportador e 500 milhões para o sector do turismo.

Na ocasião, José Sócrates anunciou ainda o lançamento de um novo programa, no valor de 300 milhões de euros, para “incentivar a fusão de empre-

sas”, salientando que a dimensão das empresas portuguesas “é um problema antigo”.

Enfrentar a crise

Na perspectiva do primeiro-ministro, a fusão entre as pequenas e médias empresas permitirá “ganhar dimensão e escala para enfrentar as dificuldades”.

José Sócrates, que se encontrava acompanhado pelos ministros da Economia e Inovação, Manuel Pinho, e do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, reafirmou ainda que “o Governo está perto das empresas e quer protegê-las das

dificuldades da crise actual”, salientando que nesse sentido a estratégia do Executivo para “enfrentar a crise é clara”.

Uma das medidas passa, adiantou, pela “estabilização do sistema financeiro, para que os bancos possam servir melhor a economia e disponibilizar liquidez, que é essencial para a actividade económica”.

A protecção das empresas no acesso ao crédito e o investimento público, que Sócrates considerou ser “fundamental para muitas empresas manterem a actividade”, foram outras das medidas referidas pelo primeiro-ministro para combater a actual crise.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa